

1 **Ata n° 004/2020 da Audiência Pública para discutir as adequações da**
2 **Emenda Constitucional n° 103/2019**

3 Aos 20 (vinte) dias, do mês de julho, do ano de 2020 (dois mil e vinte), às 17h,
4 por videoconferência, reuniram-se conselheiros, autoridades municipais,
5 vereadores, e comunidade para a 4ª Audiência Pública do ano de 2020. A
6 presidente do Conselho Curador do Barra-Previ diz: Boa tarde! Hoje, segunda-
7 feira, 20 de julho de 2020, realizar-se-á audiência pública dos conselhos do Barra-
8 Previ para discutir a adequação da legislação do Barra-Previ em razão das
9 alterações promovidas no sistema previdenciário, pela Emenda Constitucional n°
10 103 de 2019. Peço que desliguem seus microfones quando não estiverem falando
11 para não dar interferência. Registro a presença dos conselheiros do Barra-Previ;
12 dos vereadores da câmara municipal; representantes da Agenda Assessoria, Dr.
13 Carlos, Sr. Álvaro e o Jeovane; a gestora e secretária de administração, Patrícia.
14 Registro que foram feitos convites a todos os servidores públicos municipais pelo
15 Facebook e WhatsApp. A finalidade desta audiência pública é discutir a
16 adequação da legislação do Barra-Previ em razão das alterações promovidas no
17 sistema previdenciário, pela Emenda Constitucional n° 103 de 2019, entre elas o
18 aumento da alíquota do servidor para 14%. Regimento desta audiência: são
19 direitos dos participantes manifestar livremente suas opiniões sobre as questões
20 tratadas no âmbito da audiência pública, respeitando as disposições previstas neste
21 regimento; são deveres dos participantes respeitar o regimento interno desta
22 audiência pública, respeitar o tempo estabelecido para intervenção e a ordem de
23 inscrição, tratar com respeito e civilidade os participantes e seus organizadores;
24 as autoridades terão cinco minutos para o uso da palavra; as perguntas e sugestões
25 pertinentes ao tema serão realizadas pelo Facebook da câmara, na opção
26 comentar, conforme o assunto e o tema; tempo de três minutos para resposta.
27 Passo a palavra aos representantes da Agenda Assessoria para explanação das
28 mudanças obrigatórias. O Dr. Carlos da Agenda Assessoria diz: Uma boa tarde a
29 todos! Para quem não me conhece, eu sou Carlos Esteves. Eu sou advogado. Além
30 de sócio da Agenda Assessoria, sou advogado, milito nos regimes próprios de
31 previdência desde 1998. Completaria aí dia 26, vinte e um anos de atuação no
32 segmento dos regimes próprios. Pude presenciar já, ao longo desses vinte e um
33 anos, três reformas com essa última. A primeira lá em noventa e oito, que começo
34 a vigorar a partir de noventa e nove. Foi promulgada em 16 de dezembro, surtindo
35 seus efeitos em sua plenitude no ano de 1999, quando eu iniciei a atividade
36 advocatícia. Posteriormente, nós tivemos a Emenda 41 em 2003, e a Emenda 47
37 em 2005, a chamada PEC paralela da Emenda 41. E, recentemente, nós tivemos

38 aí a alteração no texto Constitucional promovida pela Emenda 103. Portanto, ao
39 longo da promulgação da Constituição Federal em oitenta e oito até o presente
40 momento, nós passamos por três grandes reformas. E, essa última reforma, ela foi
41 mais abrangente do que as anteriores. As anteriores focaram mais na
42 aposentadoria dos servidores públicos. Mas, essa última, ela focou não só na
43 questão da aposentadoria dos servidores públicos, como também dos
44 trabalhadores vinculados ao INSS, o regime geral de previdência social. Da
45 mesma maneira, essa última, ela, além de envolver as regras de aposentadoria,
46 também de certa maneira disciplinou as questões relativas as contribuições
47 previdenciárias. E, nós temos... Eu sempre, desde a época da tramitação da PEC
48 06, transformada em EC 103, nós fazíamos as nossas alertas no sentido de que era
49 um engodo dizer que os municípios e os Estados ficaram fora da Emenda 103, até
50 então da PEC 06. Por que? Porque existiam no bojo da proposta 06 de 2019 que
51 atingiria automaticamente os Estados e os municípios. Os Estados e municípios,
52 o Distrito Federal ficou de forma da reforma da previdência apenas no que diz
53 respeito as regras aposentatórias. Claro que nós estamos aqui nessa audiência
54 pública justamente tratando das implicações obrigatórias aos entes federados. A
55 primeira e mais dolorosa das implicações, de observância imediata pelos RPPS, a
56 partir da promulgação da Emenda 103 de novembro de 2019, a partir daquele
57 momento todo o ordenamento jurídico dos regimes próprios de previdência social
58 em vigor passaram a estar em desconformidade com o texto da Emenda 103.
59 Ocorre que a Secretaria da Previdência estabeleceu um prazo limite para
60 adequação legal nos RPPS, sem que fosse assinalada qualquer irregularidade para
61 esses entes. Então, nós temos de imediato, desde o advento da Emenda 103, os
62 municípios passaram a contar com um prazo adotado pela Secretaria da
63 Previdência e do Trabalho, que expirará no próximo dia 31 de julho. A portaria
64 editada pelo Ministério da Previdência e do Trabalho estabeleceu um prazo para
65 os municípios fazerem sua adequação legal. Além da elevação da alíquota de
66 contribuição de 11 para 14, há também a obrigatoriedade da transferência da
67 responsabilidade pelo custeio do pagamento dos benefícios previdenciários,
68 auxílio doença, salário família e salário maternidade, que até então era custeado,
69 era pago pelo regime próprio, passou a ser de responsabilidade do ente federativo,
70 seja do município ou do Estado, pagar esses benefícios aos segurados do seu
71 regime próprio de previdência social. Portanto, essas foram as duas principais
72 mudanças de maior impacto nos regimes próprios de previdência social. E, o que
73 tem causado maior descontentamento junto aos servidores públicos é a elevação
74 da alíquota de 11 para 14. A questão da uniformização das alíquotas de
75 contribuição já ocorreu em nosso país quando da promulgação da Emenda 41 lá
76 em 2003. Nós tínhamos a alíquota de contribuição, ela não era uniformizada. Cada

77 município tinha uma alíquota de contribuição, tanto patronal, quanto dos
78 servidores. E, aí veio a Emenda 41 e uniformizou, estabelecendo que a alíquota
79 de contribuição dos servidores dos Estados e dos municípios não poderia ser
80 inferior a da União. Veio a Lei 1887 regulamentando a Emenda 41, que
81 estabeleceu a alíquota de contribuição dos servidores públicos federais em 11%.
82 Logo todos deveriam obrigatoriamente uniformizarem, elevarem a alíquota de
83 contribuição dos servidores dos Estados e do Distrito Federal e dos municípios
84 para 11%. Isso até o presente momento, a alíquota de contribuição dos servidores
85 públicos de Barra do Garças está em 11%. Agora também a Emenda 103
86 determinou que a contribuição dos Estados e dos municípios, dos servidores
87 estaduais, do Distrito Federal e municipais não pode ser inferior a contribuição da
88 União, fixada em 14%. Houve uma exceção apenas para os municípios que não
89 tenha déficit atuarial. Que não tenha déficit atuarial, os municípios estão de fora
90 dessa obrigatoriedade. Nós temos aí dois mil cento e onze regimes próprios no
91 país. Desses dois mil cento e onze regimes próprios, apenas sete estão
92 equilibrados atuarialmente falando. Portanto, esses sete não estão obrigados a
93 elevar a alíquota de contribuição. E, dentre esses sete, nós temos um município
94 no Estado de Mato Grosso, que é o município de Conquista D'Oeste, a região
95 Oeste, lá depois de Pontes e Lacerda. Então, esses municípios não estão obrigados
96 a elevar a alíquota de contribuição dos servidores. Esses municípios poderiam
97 permanecer com 11%. Conquista D'Oeste, visando a sustentabilidade e para que
98 o município futuramente não venha figurar no rol dos RPPS com déficit atuarial,
99 mesmo assim implementou a alíquota progressiva a partir de 11%. Ou seja,
100 melhorou a arrecadação do RPPS. Então, além dessa situação, há exceção para
101 quem está equilibrado atuarialmente falando, e há exceção para aqueles entes, o
102 RPPS que implemente todas as alterações promovidas no artigo 149 da
103 Constituição Federal, inclusive com contribuição suplementar, se for o caso,
104 extraordinária. E, nós entendemos e defendemos que, além das revogações das
105 emendas constitucionais das regras de transição do ordenamento jurídico, faz-se
106 necessário também a elevação da idade mínima para se aposentar. Isso para os
107 municípios que são deficitários, como é o caso de Barra do Garças. Então, para se
108 implementar uma alíquota progressiva para o município de Barra do Garças,
109 necessariamente teria que promover a implementação do disposto no artigo 149,
110 bem como também revogar as regras de transição promovidas pelas emendas
111 constitucionais em vigor, e, posteriormente, no nosso entendimento, elevar a
112 idade mínima para se aposentar de 60 para 65 no caso homem, as mulheres de 55
113 para 62, a professora de 50 para 57, e os professores de 55 para 62 anos de idade.
114 E, também, é claro de que a implementação dessa alíquota progressiva, a alíquota
115 efetiva teria que ser no mínimo 14%, segundo entendimento da Secretaria da

116 Previdência do Ministério da Economia. Então, nós teríamos que buscar aí qual
117 seria a alíquota progressiva para dar uma arrecadação efetiva de no mínimo 14%.
118 Então, são esses os deveres de casa que o município de Barra do Garças teria que
119 fazer para implementação da alíquota progressiva. Qual é o entendimento da
120 Agenda Assessoria? O que nós orientamos todos os nossos clientes que se faça o
121 mínimo necessário do que está obrigado, que é a transferência da responsabilidade
122 do pagamento dos benefícios temporários para o órgão empregador, prefeitura,
123 câmara e demais autarquias e fundações, caso porventura exista, mexa na regra de
124 aposentadoria, permaneça em vigor a legislação que estava vigorando lá em 13 de
125 novembro de 2019, não altere a idade mínima para se aposentar, muito menos o
126 cálculo para se aposentar, e que também não faça a redução do teto de isenção dos
127 inativos e pensionistas. Por força da Emenda 103, os entes federados podem, se
128 assim desejar, aqueles que estão em déficit atuarial, são deficitários, poderiam
129 reduzir a isenção de contribuição dos inativos e pensionistas dos seis cento e um
130 zero dezesseis para mil e quarenta e cinco reais. Trazer essa redução para um
131 salário mínimo. A partir de mil e quarenta e cinco e zero centavos, o inativo e
132 pensionista do Barra-Previ passaria a contribuir com 14%. Nós entendemos, a
133 orientação nossa, de que não se deve alterar essa margem de isenção da
134 contribuição dos inativos e pensionistas. Fazer apenas o que está obrigado. Não
135 adentrar na seara daquilo que é facultado ao gestor público. E, por essa razão, a
136 administração pública endereçou ao legislativo municipal uma minuta do projeto
137 de lei, por nós elaborado, basicamente mantendo todos os pontos obrigatórios, não
138 adentrando no que é facultado. E, é basicamente nessa seara que nós estamos
139 tratando a discussão não só com vocês, mas com a maioria dos municípios do
140 Estado de Mato Grosso. Estamos passando por um período de pandemia, e em
141 razão dessa questão da pandemia, os servidores infelizmente estão sendo pegos aí
142 de surpresa, muitos até já sabem, mas desprevenidos financeiramente no que diz
143 respeito a elevação da alíquota de 11 para 14, que, por determinação
144 Constitucional, os gestores públicos estão obrigados a fazerem a adequação legal.
145 Se os gestores assim não fizerem até o próximo dia 31 de julho, eles podem ser
146 penalizados pelos órgãos de controle, e o município de imediato ficar impedido
147 de obter o CRP, de renovar o seu CRP, e com isso firmar convênios com a União
148 e com o Estado de Mato Grosso. Então, nossa proposta é justamente de fazer com
149 que o município faça sua adequação legal, afaste as sanções administrativas, que
150 o município fique adimplente e que possa receber recursos do governo federal e
151 do governo estadual. Essa é a nossa proposta, fazer o que a legislação estabelece,
152 que ela obriga. Apenas isso e nada mais. De minha parte é só. Se alguém tiver
153 algum questionamento, alguma dúvida em relação ao escopo do projeto de lei,
154 nós estamos aqui para suprir toda e qualquer dúvida que porventura existir em

155 relação a isso. O Conselheiro Dr. Heros diz: Dr. Carlos, eu queria que o senhor
156 esclarece pra gente também a questão da diminuição patronal. Porque como está
157 tendo o aumento da do empregado, a do servidor, por que está diminuindo a
158 patronal? Queria que o senhor explicasse isso pra gente, por favor! O Dr. Carlos
159 da Agenda Assessoria diz: Perfeito. O que ocorre? A alíquota patronal, ela é... O
160 cálculo atuarial, ele é um ponto, uma responsabilidade atuarial entre servidor...
161 Na medida em que transferiu a responsabilidade do custeio e pagamento dos
162 benefícios temporários para a prefeitura, antes esse percentual relativo a esses
163 benefícios compunham a contribuição patronal. Então, de imediato, nós já
164 tivemos uma redução da alíquota patronal por conta da exclusão do custeio desses
165 benefícios. Posteriormente a isso, quando ultrapassados a noventa, haverá um
166 aumento automático de 11% do servidor, e esses 3% que vai aumentar para o
167 servidor, automaticamente vai reduzir da contribuição patronal. Então, a
168 contribuição patronal, ela não pode ser inferior a 14%. Ela vai continuar sendo
169 14%. E, sofreu uma redução em razão do aumento da alíquota dos servidores, de
170 3%, e da redução do percentual relativo ao custeio dos benefícios de natureza
171 temporária. O Jeovane, que está nos acompanhando, ele pode nos precisar assim
172 qual que é... do cálculo atuarial de 2019, qual que é. Tem um percentual de 2020.
173 Então, por conta disso é que houve uma redução na alíquota patronal, que ficará
174 em no mínimo 14% (inaudível). O conselheiro Dr. Heros diz: Doutor, mas, salvo
175 engano, se não mudaram o projeto de última hora, a alíquota que está lá é dez
176 vírgula alguma coisa por cento. Não é quatorze, não. O Dr. Carlos da Agenda
177 Assessoria diz: Na última reunião que foi feito na sexta-feira, a gente identificou
178 essa irregularidade no projeto de lei e já hoje encaminhamos uma correção de
179 14%. E, automaticamente, aqueles dez é do custo normal, e mais um acréscimo
180 de três e alguma coisa relativo ao custo especial. E, aí, esse custo especial é o
181 município está adimplindo mensalmente através de aporte financeiro. O Jeovane
182 até me mandou aqui, que é 3.30 de custo especial. Então, a alíquota será 14%,
183 compreendendo 10,70 de custo normal e 3,30 sobre o custo especial. Já foi
184 corrigido essa impropriedade no projeto de lei. O conselheiro Dr. Heros diz: É. A
185 Patrícia me parece estar aí presente, e eu sou o assessor jurídico da câmara, até
186 agora não chegou nada pra mim, não. Ela podia conformar pra gente se foi enviado
187 mesmo. Até agora não veio nada, não. Por isso que eu fiz a pergunta se tinha
188 mandado. O Sr. Jeovane da Agenda Assessoria diz: Heros, eu já passei para o
189 procurador geral. Inclusive, ele já conversou com o Dr. Joãozinho para fazer essa
190 emenda direto pela câmara. A Gestora do Barra-Previ, Patrícia Parreira Saraiva,
191 diz: Eu encaminhei semana passada. O conselheiro Dr. Heros diz: Eu vou conferir
192 aqui. Mas, até agora não chegou. A Gestora do Barra-Previ, Patrícia Parreira
193 Saraiva, diz: Eu te mandei mensagem semana passada, lembra? O conselheiro Dr.

194 Heros diz: Pra mim? A Gestora do Barra-Previ, Patrícia Parreira Saraiva, diz: É,
195 na audiência passada. O conselheiro Dr. Heros diz: Não, você me perguntou se ia
196 votar. Agora, essa questão aí foi depois dessa conversa nossa que foi comentado
197 com o Dr. Carlos. Ontem, não é, doutor? O Sr. Carlos da Agenda Assessoria diz:
198 Sexta-feira. Na sexta-feira. O Sr. Jeovane da Agenda Assessoria diz: O Dr.
199 Joãozinho voltou agora. Ele conversou com o Dr. João, procurador do município,
200 e ele já repassou essa alteração pra ele. Provavelmente o Dr. Joãozinho vai
201 apresentar aí, vai falar alguma coisa. O Dr. Carlos da Agenda Assessoria diz:
202 Então, ao invés do substitutivo, vai ser feito emenda aí no próprio legislativo, não
203 é? O conselheiro Dr. Heros diz: É. Até agora pra mim não chegou. Mas, se o Dr.
204 Joãozinho deve fazer, deve aparecer. O presidente da câmara, vereador Dr.
205 Joãozinho, diz: Heros. O Dr. Heros diz: Sim, doutor. O presidente da câmara,
206 vereador Dr. Joãozinho, diz: Deixa eu dar a minha opinião aí. Eu até já adiantei
207 aqui para o João, e o Dr. João Jacks agora há pouco, há uns vinte minutos, me
208 falou da emenda e da necessidade. Eu pedi para que ele enviasse o texto. E, já
209 adiantei pra ele que muito provavelmente não votaremos hoje o projeto. Por que?
210 Pela complexidade, por todas essas necessidades de adequação, de ouvir e
211 discutir. Existe uma conversa no Congresso Nacional de que esse prazo há uma
212 possibilidade de prorrogação desse prazo para dezembro, dessa exigência de 31
213 de julho, e, se isso realmente acontecer, nós não teríamos a necessidade de votar
214 isso não agora, porque em que pese as imposições funcionais e legais, a gente sabe
215 que nos 141 municípios do Estado, eu não sei se em todos há regimes próprios.
216 Mas, eu sei que em cada um deles os servidores vivem uma realidade. Então, para
217 a nossa realidade aqui, quanto mais se puder postergar essa mudança melhor. A
218 gente sabe da realidade do servidor do nosso município. Então, eu já adiantei para
219 o João que nós não votaríamos hoje, mas que ele poderia me enviar o texto que
220 nós estaríamos analisando e apresentando como emenda. Mas, para sujeitar a isso
221 as discussões que forem necessárias. O Dr. Heros diz: Hein doutor, essa é uma
222 questão que eu ia até falar, que a gente vai pedir, o conselho já fez um ofício para
223 pedir a prorrogação mesmo do prazo. Como a audiência pública vai acabar agora,
224 não vai dar tempo de fazer o que nos foi requerido, que é o parecer para essa
225 sessão. Então, pelo menos até a próxima. O presidente da câmara, vereador Dr.
226 Joãozinho, diz: Não, Heros, eu já adianto já, e se vocês quiserem endereçar o
227 requerimento para fim de formalização, de documentação, mas já há uma certeza
228 de que não votaremos hoje. Já te adianto já que não votaremos. A gente precisa
229 ter muita cautela, e a gente sabe, nós sabemos que é uma imposição legal, nós
230 sabemos que é parte de uma reforma previdenciária, para quem nós somos apenas
231 um pingo no oceano. Nós sabemos disso. Nós sabemos que há todas as
232 condicionantes que o doutor já expos, mas nós também conhecemos a realidade

233 do nosso município. Por isso, toda cautela, toda precaução é satisfatória no que
234 diz respeito a votação desse projeto. Eu não queria interromper. Desculpem!
235 Podem continuar aí. Só para dar o aviso. O Dr. Heros diz: Quanto a emenda, eu
236 acredito que seria melhor ela vir da prefeitura mesmo. Por que? Porque a gestão
237 é da prefeitura mesmo, a Agenda está prestando assessoria diretamente para a
238 gestora que está lá. Então, como a Agenda que fez tudo, que ela mesma faça uma
239 redação e encaminhe bonitinho... para não correr o risco da gente fazer e ficar uma
240 furada depois, porque a gente só tem uma semana de prazo. O presidente da
241 câmara, vereador Dr. Joãozinho, diz: Heros, mas, salvo melhor juízo, na que eles
242 mandaram já veio já formatado. Seria só para apresentar. Mas, nenhum problema
243 eu acho de se acolher da forma como você sugeriu. Sem problema nenhum. O Dr.
244 Heros diz: É porque depois não corre o risco da emenda não ser aprovada ou ser
245 aprovada sem, e vira uma confusão. Mas, o senhor que sabe. O presidente da
246 câmara, vereador Dr. Joãozinho, diz: Tranquilo. O Dr. Heros diz: A minha parte
247 por enquanto é isso. Se mais alguém quiser fazer uso da palavra, eu não tenho
248 mais nada pra falar. A presidente do Conselho Curador do Barra-Previ diz: A
249 Edina está pedindo para fazer uso da palavra. Eu vou estar concedendo a palavra
250 aqui pra ela. A conselheira Edina Gomes diz: Boa tarde! O presidente da câmara
251 citou que está havendo alguma coisa referente a prorrogação do prazo, não é, que
252 era 31 de julho, que é 31 de julho na verdade, não é. Eu gostaria de solicitar a
253 Agenda Assessoria se eles têm algum conhecimento sobre isso ou alguma outra
254 questão que está sendo movimentada, até mesmo pelos municípios talvez. Se
255 vocês têm alguma informação referente ao que o Dr. Joãozinho comentou da
256 prorrogação desse prazo. O Dr. Carlos diz: A informação que eu tenho é de que
257 lá atrás ainda, lá no mês de maio o deputado Zeca Dirceu, deputado do Estado do
258 Paraná, apresentou uma proposta de lei complementar aonde prevê a
259 transferência, o deslocamento desse prazo para o final da pandemia, que os
260 municípios teriam aí cento e vinte dias após a cessação da declaração da
261 emergência pela presidência da república (inaudível). Lá foi decretado a situação
262 de emergência e o estado de pandemia. Tão logo cesse esse prazo, essa pandemia,
263 a Idalina seria um prazo para os municípios fazerem a adequação nos cento e vinte
264 dias. Esse projeto de lei não foi apreciado na câmara dos deputados. E, eu acho
265 difícil por este projeto de lei haver uma mudança de prazo. Agora, existem outras
266 tratativas junto a Confederação Nacional dos Municípios e principalmente as
267 capitais em relação a própria Secretaria da Previdência para que ela expeça uma
268 nova portaria. Agora, isso é tudo extraoficial. Oficialmente, que eu tenho
269 conhecimento, é apenas esse projeto de lei do Zeca Dirceu. Agora,
270 extraoficialmente há um movimento nesse sentido junto a Secretaria da
271 Previdência. A mesma portaria lá de dezembro de 2019, ela pode estabelecer um

272 prazo maior em razão da pandemia. Então, ficaria mais fácil se houver um
273 entendimento da prorrogação. Mas, isso é apenas rumores. Oficialmente, nós não
274 temos nenhum conhecimento. Apenas esse projeto de lei. E, todos os dias cedo, a
275 primeira coisa que eu chego na Agenda é fazer a consulta em relação se houve a
276 edição ou não de uma portaria estabelecendo um novo prazo de fazer a adequação.
277 A presidente do Conselho Curador do Barra-Previ diz: Doutor, como
278 conversamos na reunião passada, na sexta-feira, a gente comentou sobre o que
279 nós poderíamos estar fazendo para poder estar viabilizando, porque nós sabemos
280 que é uma lei federal e a gente não tem como impedir, mas, como nós somos
281 também funcionários, nós gostaríamos também de uma contrapartida da nossa
282 assessoria para estar nos ajudando como poderia fazer para que o servidor também
283 não fique tão prejudicado, já que, como muitos estão colocando aqui no Facebook,
284 até estão fazendo perguntas, que não temos reajuste há mais de oito anos. Então,
285 como que agora o servidor vai ficar nessa situação já que tem mais de oito anos
286 sem reajuste para o servidor público. Então, de acordo com nossa pergunta aquele
287 dia para vocês, da questão do assessoramento, vocês trouxeram alguma resposta,
288 para que possamos junto com os vereadores também analisando e até
289 sugestionando isso pra eles. O Dr. Carlos diz: Na verdade, eu não fiz nenhum
290 documento ainda. Amanhã iremos fazer a proposta do conselho que vocês
291 solicitaram, que é estabelecer alguns critérios para que a câmara municipal
292 interceda junto ao poder executivo no que diz respeito a realização de um
293 concurso público e também da questão dos reajustes que não houveram por um
294 período que vocês citaram de oito anos. Então, como nós combinamos naquela
295 ocasião, hoje praticamente estamos na continuidade daquela tratativa, amanhã
296 elaboraremos uma resolução, um modelo de resolução, para vocês como
297 representantes do conselho editarem e automaticamente encaminharem tanto ao
298 poder executivo quanto ao poder legislativo com os pleitos de vocês na questão
299 da implementação das reformas. É o que nós já discutimos, não tem pra onde
300 fugir. O conselho está ciente de que precisa. Certo. Mas, só que o conselho, na
301 opinião do conselho, a câmara municipal pode envidar esforços de buscar junto
302 ao poder executivo a questão da realização de concurso público e também a
303 questão dos RGA's, as revisões gerais anuais. Na ocasião foi discutido que revisão
304 geral anual não tem impedimento legal por força de legislação eleitoral. Já o
305 concurso público há de certa maneira um impedimento, nem em relação a questão
306 eleitoral, mas até mesmo de aglomeração de pessoas, eu acho muito difícil
307 acontecer algum concurso público agora em 2020 em razão dessa pandemia.
308 Foram essas as tratativas que tivemos na semana passada. Tão logo se conclua
309 essa audiência pública, amanhã nós debruçaremos em cima para fazer a minuta.
310 Me ouviram bem? A presidente do Conselho Curador do Barra-Previ diz:

311 Ouvimos sim. Muito obrigada pela explanação. A gente tem a Patrícia... Patrícia
312 está me ouvindo? A Gestora do Barra-Previ, Patrícia parreira Saraiva, diz: Oi. A
313 presidente do Conselho Curador do Barra-Previ diz: Patrícia, você tem um
314 posicionamento com relação ao reajuste, porque fala que não pode ter agora e tal.
315 É um momento de pandemia. A gente sabe. A gente tem também o interesse de
316 estar ajudando. E, essa situação do aumento, vocês têm alguma situação previsto?
317 A Gestora do Barra-Previ, Patrícia parreira Saraiva, diz: Esse ano não tem como.
318 Além de tudo essa pandemia, e é um ano eleitoral. Eu não posso mais lançar
319 editais esse ano, a não ser que apareça alguma regra diferente daqui para o final
320 do ano. Mas, até agora. O Dr. Heros diz: Mas, pelo menos o RGA, as percas
321 inflacionarias, caso eu tiver enganado, me corrija, pode ser dado sim. A lei fala
322 que não pode ter aumento real, mas perca inflacionaria pode. A grande
323 preocupação... Acho que tem alguém com o microfone ligado aí. A grande
324 preocupação do conselho é que nós fomos eleitos, até foi motivo de muita
325 controversa na última reunião, pra defender os interesses dos servidores com
326 relação a aposentadoria. Nós estamos lá para defender o fundo, para ajudar a
327 manter o fundo rentável para que o servidor consiga se aposentar lá dentro. Mas,
328 por outro lado, a gente sabe que a grande maioria dos servidores públicos ganham
329 um salário mínimo. E, um aumento de 3% para quem ganha um salário mínimo é
330 muito dinheiro, faz muita falta. Como o Dr. Carlos muito bem disse na última
331 reunião, são dois, três quilos de carne a menos que o servidor vai deixar de
332 comprar. Então, a gente precisa, e aí a gente vai precisar muito do apoio da
333 câmara, se a prefeitura puder ajudar, precisa dar um jeito para nós mitigar essa
334 perda do servidor. Que seja, não dá para fazer concurso, vamos fazer o que dá
335 para fazer. Vamos tentar fazer o que dá, alguma coisa, se der para fazer pelo
336 menos o RGA. Mas, alguma coisa tem que ser feita porque não tem condição de
337 jogar esse ônus em cima do servidor. É um crime. É um pecado num momento
338 desses tirar mais 3% de quem ganha só um salário mínimo, que a gente bem sabe
339 que a pessoa ganha um salário mínimo, mas está lá com trinta, quarenta por cento
340 comprometido no consignado, e tem mais a prestação do carro, tem a prestação...
341 Ah, não tem carro, coitado. Mas, tem que tirar o dinheiro do ônibus, de não sei o
342 que. Então, é um crime tirar mais 3%. A gente tinha, Patrícia, que dar pelo menos
343 a perca inflacionária. Que eu acredito, eu, meu posicionamento jurídico, o Dr.
344 Joãozinho que é advogado, está o Zé Gota que é bacharel, está o Dr. Carlos, eu vi
345 o Dr. Jairo aí também, eu acredito que pelo menos a recomposição pode ser dado
346 sim. E, eu acho que não estou enganado, não. Me corrijam se eu estiver errado. É
347 isso. Ah, perdão. E tem condições de dar pelo menos essa recomposição, Patrícia?
348 Teria como você assumir esse compromisso com a gente? A Gestora do Barra-
349 Previ, Patrícia parreira Saraiva, diz: Por enquanto não. Enquanto tiver esse decreto

350 de calamidade, eu não posso assumir esse compromisso. Vamos ver até quando
351 vai essa pandemia. Quem sabe que acaba até em outubro. Aí em outubro já dá
352 para fazer alguma coisa. Mas, enquanto tiver aquele decreto, eu, Patrícia, não
353 posso fazer nada. O Dr. Jairo Gehm, advogado do SINTESBRE, diz: Eu queria a
354 palavra por um momento. A presidente do Conselho Curador do Barra-Previ diz:
355 Por favor, Jairo, pode fazer sua explanação. A presidente do Conselho Curador
356 do Barra-Previ diz: OK, obrigado! Boa tarde, pessoal. Pelo o que eu estou
357 percebendo aí é uma imposição legal. Todo mundo já disse isso. E, não tem como
358 fugir disso porque, se por acaso a câmara não aprove essa elevação do percentual,
359 ela estará fatalmente complicando a gestão do próximo prefeito, não é, pelo que
360 estou percebendo. Eu queria saber dos vereadores, estou vendo aí Dr. Joãozinho,
361 Zé Gota, acho que o Cleber também, só não estou vendo o vídeo dele, eu queria
362 saber dos vereadores se há a intenção, se já foi comentado entre vocês, se há
363 intenção de sentar por meio de videoconferência, como tem feito, e dizer para ele
364 abertamente: olha, a situação dos servidores é lamentável, é horrível a situação
365 deles porque, além do salário estar totalmente defasado, eles estão enfrentando aí
366 uma guerra diária, colocando suas vidas em risco sem o devido reconhecimento.
367 Então, eu acredito que a câmara, aí a pergunta, se a câmara pretende sentar com o
368 prefeito e falar: olha, vamos aprovar isso aqui se o senhor pelo menos conceder o
369 reajuste anual para poder, igual o Dr. Heros disse, mitigar mais esse rombo aí no
370 bolso dos servidores. Eu queria saber dos vereadores se existe essa intenção por
371 parte de vocês de, vamos colocar assim, colocar como moeda de troca essa
372 votação. A presidente do Conselho Curador do Barra-Previ diz: Obrigada Jairo.
373 O vereador Sivirino diz: Eu queria fazer a fala. Oh, Jairo, e todos que estão aqui
374 ouvindo, esse é um quebra-cabeça tremendo pra nós, pelo menos pra mim.
375 Quando esse projeto chegou na Casa, eu já fiquei muito preocupado e entrei em
376 contato já com o Heros, porque ele chegou de emergência também, de última hora.
377 Ele chegou, se não me engano, já era dezoito e trinta... O Dr. Jairo Gehm,
378 advogado do SINTESBRE, diz: Quem está falando que não estou vendo? O
379 vereador Sivirino diz: Professor Sivirino. O projeto já chegou na Casa com
380 urgência. E, eu entrei em contato com o Heros, passei a saber dele. Ele procurou,
381 encontrou, e para votar com urgência. Ainda bem que o Dr. Joãozinho, nós temos
382 por regra de colocar em votação as urgências, e o Dr. Joãozinho recomendou que
383 a gente não fizesse essa urgência porque a gente teria que discutir isso, porque é
384 espinhoso. É uma coisa espinhosa. Eu acho interessante que, se tiver que
385 complicar a gestão próxima, teremos que sentar sim, ao meu ver, teremos que
386 sentar com o prefeito e ver o que dá para salvar com relação ao servidor público.
387 Porque mais uma pancada no servidor que há oito anos vem tomando na cabeça o
388 tempo todo. Foi prometido o concurso, não saiu. Enfim, por isso estamos com

389 essa deficiência toda, não é. Foi estourar aonde? Na previdência do município.
390 Porque não está arrecadando. E, é muito difícil isso. Vai ter que achar alguma
391 solução. Nós vamos ter que pensar no que fazer, porque eu vejo da seguinte forma:
392 não vota, problema do próximo gestor; propor que faça um concurso público: ah,
393 não vai dar para fazer mesmo; pedir para ficar para o ano que vem, fica na conta
394 do outro gestor também. Então, a coisa é uma espinha de peixe atravessada na
395 garganta, que nós teremos que dar uma solução para ela. Como que nós faremos?
396 Ou chamar o Bombeiro para extrair ou comer farinha para fazer ela descer. Não
397 vai ser fácil. Eu vejo, Dr. Jairo, que podemos pensar o menos prejuízo possível
398 nessa altura do campeonato, se há possibilidade de pensar não prejuízo tamanho
399 que foi esses oito anos, que nós vimos aí nesses últimos três anos, praticamente
400 quase todos os vereadores cobrando isso, esse concurso, esse aumento. Não veio.
401 E, no apagar das luzes nos chegam duas situações relacionadas ao Barra-Previ,
402 que, ao meu ver, ela complica para o próximo gestor. Uma delas é essa. E, a outra
403 é a suspensão de recolhimento do patronal, que eu também vejo como muito
404 perigoso para comprometer a gestão seguinte, então o próximo gestor. Então, nós
405 temos que estar muito atento a isso. Assim, eu diria que não vai complicar gestor
406 nenhum. Vai complicar a vida do servidor, de quem está aposentado e quem vai
407 aposentar. É ele que vai pagar o pato. Dependendo da manobra que a gente fazer
408 aí, é eles que vai colher os pepinos futuros. O Dr. Jairo Gehm, advogado do
409 SINTESBRE, diz: Olha, só para reforçar, eu acho assim, o que não deve
410 acontecer, na minha visão, é os servidores ficarem aí oito anos sem reajuste
411 algum, e agora aos noventa do segundo tempo a administração precisando que
412 seja votado esse projeto de lei que foi enviado para vocês, e chegar a
413 administração e falar: olha, agora eu não posso. Então, isso aí acho que é muito
414 grave, falar assim: agora eu não posso porque eu tenho que esperar. Esperar até
415 quando? Então, quer dizer, os servidores esperar há oito anos. Não são oito meses.
416 Não é só até outubro igual a senhora disse. Então, eu acho assim, que retirar mais
417 do servidor é um sacrilégio. Então, pelo menos não retirar o que eles têm até agora,
418 o pouco que eles tem. Então, essa recomposição nesse momento, ela é legal, pode
419 ser dada, isso deve ser uma imposição da câmara, tá, com todo respeito. Tem que
420 ser uma imposição da câmara, porque os servidores não aguentam mais estarem
421 achatados da forma que vem sendo ao longo desses oito anos. Então assim, é um
422 posicionamento meu, uma visão que eu tenho. Eu acho que vocês, como os
423 vereadores, quem estão responsáveis por essa aprovação desse projeto, tem
424 condições de impor isso aí. Falar: olha, a gente vai votar se pelo menos a
425 recomposição anual for dada a esses servidores, para pelo menos diminuir esse
426 sacrifício que eles estão tendo que fazer. A Gestora do Barra-Previ, Patrícia
427 parreira Saraiva, diz: Jairo, se eles não votarem, nós temos responsabilidades. Aí

428 nós temos que dar nome as responsabilidades. Por que? Isso aí é uma adequação
429 que tem que ser feita. Não é assim: ah, eu não vou fazer ou eu quero fazer. É uma
430 obrigação. Até agora, e nós não estamos isento, não foi votado nada até agora que
431 pode deixar para o final do ano, como o colega disse. Eles estão vendo. Mas, não
432 tem nada aprovado ainda. Então é assim, quando eu mandar para a câmara, a
433 responsabilidade é da gestora. Se a câmara não aprova, tem responsabilidade aí
434 também. Eu não posso arcar com isso aí porque depois vou ter que fazer
435 devolução disso aí. O Dr. Heros diz: Pessoal, uma coisa interessante para se falar
436 aqui nesse momento, aproveitando a fala do Jairo e do Sivirino, é a questão do
437 tempo. O Sivirino muito bem disse. O projeto chegou às dezoito horas, com
438 urgência. Aí fica parecendo que quer se evitar essa discussão com os servidores,
439 quer se evitar esse negócio. Tem tanto tempo que isso está tramitando, que tem
440 essa obrigação de fazer. Poderia ter vindo antes. Poderia ter vindo até quem sabe
441 em tempo de se conceder o RGA. Aí deixa para fazer na última hora, em cima da
442 hora, e assim fica complicado. Talvez o conselho... Aqui estou não como
443 advogado, mas como conselheiro, que fique bem claro, é um pedido do
444 conselheiro do Barra-Previ para que se faça uma pressão, alguma coisa para que
445 esse tipo de projeto chegue com uma certa antecedência para que dê tempo de se
446 fazer uma discussão, uma audiência pública, ter uma conversa sobre o assunto, de
447 se propor uma coisa que evite-se de enviar esse tipo de projeto, que tanto
448 influencia na vida do servidor, em cima da hora. Aqui o assunto, talvez eu até
449 tenha um pouco de culpa como conselheiro, podia ter cobrado mais, vou fazer
450 minha parte, vou cobrar mais para ser enviado antes, e que a câmara... Apesar que
451 o conselho tem muita pouca força. A prefeitura não respeita muito o que o
452 conselho decide. Mas, vou tentar mais um pouco. E, que a câmara ajude também
453 para que pelo menos nesse tipo de projeto, que a coisa chegue com tempo de se
454 dar a discussão, que não chegue mais um projeto como esse, que vai alterar tanto
455 a vida do servidor, um servidor tão sofrido como já está, que vai fazer tanta
456 alteração, tanta dificuldade, tirar um dinheirinho tão sofrido, para ser votado com
457 urgência, de última hora, às pressas, sem dar tempo de discutir. Isso é outro
458 absurdo, ao meu ver, que a câmara poderia tentar evitar. É isso. O vereador Zé
459 Gota diz: Dr. Heros, posso falar? O doutor tinha até mencionado meu nome.
460 Primeiro cumprimentar todos vocês. Cumprimentar todos os servidores em nome
461 da minha amiga Leide. O nosso posicionamento aqui, eu não posso estar falando
462 por todos porque não estão todos aqui, mas desde o primeiro ano do mandato, Dr.
463 Jairo, a gente veio e colocou a emenda aditiva no Plurianual, na Lei de Diretrizes
464 Orçamentária, na Lei Orçamentária Anual. Então, é uma luta nossa que assim, eu
465 digo inclusive que eu assinei essas emendas todas as vezes que o executivo
466 encaminhou para a câmara municipal. A gente sempre vem lutando aí pelo

467 reajuste salarial, pela recomposição, não é. Então, nós não sabemos mais o que
468 fazer. Na hora que chegou esse projeto, quando foi lido, como estamos discutindo
469 aqui nessa audiência pública, ficamos assim: uai, como assim, vai mandar com
470 pedido de urgência? Como até o presidente falou: oh, isso aí não tem como votar
471 um pedido de urgência desse. E, eu já tinha deixado meu posicionamento. O Dr.
472 Heros diz: Zé Gota, se me permite uma parte, a câmara fez o que ela pode. Chegou
473 com urgência, a câmara conseguiu não votar, não deixou votar, abriu audiência,
474 está disponibilizando a assessoria de imprensa da câmara que está
475 disponibilizando espaço para ser feita a audiência. Mas, é muito pouco porquê?
476 Porque demorou muito para o projeto chegar para ela. Às vezes, brigar pra gente
477 tentar... Não botar a culpa agora no passado. Mas, de agora pra frente tentar
478 melhorar isso, tentar conversar para que o negócio chegue antes, com mais tempo,
479 que tenha discussão. É uma coisa muito importante para ser discutido às carreiras.
480 É uma coisa há nível nacional que está sendo discutido há um ano. Eu fui num
481 congresso o ano passado e isso estava sendo discutido. Um trem para chegar na
482 câmara e ser discutido às pressas, sabe. Isso é um absurdo. O vereador Zé Gota
483 diz: Isso é até inviável. Como eu digo, parte da administração pública. É de
484 extrema importância. Todo mundo lutando. Oito anos o salário defasado. Essa é
485 a realidade do nosso município. O que a gente vem até lutando aí com o recurso
486 que está vindo do governo federal, que tem aí sobre o auxílio da pandemia, da
487 pandemia para ser usado na pandemia. E, do auxílio financeiro já está separado
488 para pagar o RGA. Agora, com um projeto desses aí, dessa forma, não tem
489 condições. Completamente sem condições. Isso aí é meu posicionamento. O
490 executivo tem sim que dar esse RGA, que a gente vem lutando aí desde o primeiro
491 ano que tomei posse aqui na câmara municipal, esse sempre será meu
492 posicionamento, independente de qualquer coisa o salário é completamente
493 defasado e vergonhoso. Então, a gente vai continuar lutando e, se Deus quiser,
494 uma hora vai ter que ceder, porque não tem lógica, não tem base uma coisa dessas.
495 Então, esse é o meu posicionamento. Obrigado, gente. O vereador Dr. Paulo Raye
496 diz: Heros, eu concordo com você, viu. Não é hora de votar isso, não. Acho que
497 não pode votar nessa pressa. Esse projeto tem que ser um projeto que tem que ser
498 discutido. Entendeu? E, eu concordo com você. E, se for colocado em pauta hoje,
499 eu voto contra. Era isso. O Dr. Jairo Gehm, advogado do SINTESBRE, diz: Só
500 complementando, doutor, o senhor me dá licença? Zé Gota e a senhora, eu não sei
501 o nome da senhora aí que falou sobre responsabilidade. O Dr. Heros diz: A
502 Patrícia. O Dr. Jairo Gehm, advogado do SINTESBRE, diz: Mandar o projeto
503 para a câmara com esse tempo exíguo, isso aí implica em responsabilidade. Isso
504 aí é responsabilidade do gestor. Como que ele manda um projeto desse, com a
505 magnitude dessa, uma implicação em tantas vidas no município, que é a vida dos

506 servidores, e nesse momento ele manda com urgência uma coisa que vem
507 tramitando há um ano, eu acho. Doze meses, não é? Então, isso aí também é
508 responsabilidade. Então, por isso que eu perguntei... Porque se é para mandar um
509 projeto desse, que vai mexer com a vida financeira de todo mundo, que não tem
510 nem do que tirar mais, não é, o servidor não tem do que tirar mais, então tirar mais
511 um pouco, então eu penso que tem que ter a contrapartida do gestor sim para pelo
512 menos não implicar no pouco que ele vem recebendo. Obrigado. O vereador Dr.
513 Paulo Raye diz: Concordo. Eu concordo. O vereador Dr. Neto diz: Heros. Está me
514 escutando bem aí? O Dr. Heros diz: Sim, pode falar. O vereador Dr. Neto diz:
515 Primeiro boa tarde a todos. Agradeço pelo convite de participar dessa reunião. Eu
516 tenho um posicionamento de encaminhamento que a câmara tem que fazer sobre
517 esse projeto. Realmente não tem condição de tirar essa porcentagem aí de cima
518 do servidor, não é. Esse projeto aí, ele veio com urgência. Nós não estamos
519 votando mais projeto no afogadilho. É um projeto difícil de ser votado. Na hora
520 já falei, a mesa diretora pronunciou. Quero parabenizar o presidente Joãozinho
521 que tem feito esse encaminhamento. Nós temos sim, e agora no meu modo de
522 entender, que esperar essa minuta que será enviada a nós. Acho que tem que fazer
523 essa outra alteração aí. E, fazendo esse encaminhamento junto com o gestor. Eu
524 vejo que é a única maneira de podermos ter equalizado isso aí. Porque, pela fala
525 do representante da Agenda, pela fala do Barra-Previ, é uma situação que não tem
526 como voltar essa situação aí dessa porcentagem em cima do servidor. Então,
527 presidente e demais vereadores que estão presentes, eu acho que podemos pegar
528 essa minuta de projeto, irmos até o poder executivo e fazermos uma conversa,
529 nem que diluir, para nós podermos diluir isso até dezembro. É o mínimo que
530 precisa ser feito, a recomposição até dezembro da perda. Então, eu acho que isso
531 é a única coisa que pode ser feita. Porque, se nós não votarmos isso, eu tenho
532 certeza que o município será muito mais penalizado ainda, além de lá na frente ter
533 uma ação que possa a câmara também responder por isso. Eu não sei se os demais
534 vereadores concordam com situação. Eu não sei o posicionamento do senhor
535 presidente e também dos demais vereadores. Mas, o encaminhamento seria esse.
536 O vereador Alex Matos diz: Então, eu peço desculpas, eu estava numa outra
537 situação e só pude chegar agora. Nós sabemos que tem um projeto federal, que
538 foi baseado na reforma da previdência, que prevê essa reforma previdenciária.
539 Ocorre que os municípios vão entender qual o melhor momento para fazer isso.
540 Nós sabemos de toda luta aí do Barra-Previ para manter seu capital para que no
541 futuro não haja problemas de aposentadoria. Mas, não é o momento. A gente
542 sempre repete essas palavras nos momentos chave. Não é o momento disso. A
543 nível de Estado, os servidores tiveram ganho na justiça e conseguiram barrar,
544 porque o Brasil vive sob um decreto de calamidade pública. O Brasil. O Estado

545 de Mato Grosso também. E, o município de Barra do Garças também. Ou seja,
546 tudo é justificável em estender um pouco mais essas urgências, principalmente
547 urgências onde quem vai pagar é quem vai sofrer é quem já paga e sofre
548 constantemente. Então, de minha parte não tem meia conversa, nem conversa
549 inteira. Se vier do executivo, vier de lá uma proposta: não, vamos fazer um projeto
550 de recomposição dos oito anos escalonado, assim e assado, a começar esse ano.
551 Aí a gente vai conversar. Mas, do jeito que está aí, para dizer, olha, minha
552 responsabilidade se vocês não votar, ficar pior. Não. Pior do que está não pode
553 ficar. Porque uma pessoa que já ganha novecentos e poucos reais, ela perder mais
554 trinta, mais quarenta reais por mês, se coloque no lugar dela. Eu me coloco. Então,
555 sem politicagem, que nós aqui desde o primeiro dia que chegou esse projeto, o
556 João foi o primeiro a falar: não vamos votar isso, não é tempo, não é hora. Tem
557 que discutir muito. Mas, para além de tudo isso, eu vejo como unanimidade na
558 Casa, não é hora de votar, mas também, como o Sivirino muito bem falou, não é
559 hora de deixar para o outro simplesmente no gatilho armado. Então, nós temos
560 que pensar de maneira inicialmente como repor as percas dos servidores, depois
561 essa outra etapa. Outra situação é parar com a contribuição por parte do executivo,
562 também não é correto, não é o momento de fazer isso. Então, na minha visão, eu,
563 particularmente, meu voto é contrário a qualquer tipo de tirar ainda mais o que o
564 funcionário pouco tem. Falo isso como servidor estadual. E, nós estamos vivendo
565 uma luta do Estado para que não se corporifique no Estado também esse aumento
566 abrupto. Porque veja bem, eu que conheço Estados aí, João, que fizeram o
567 escalonamento nos municípios. Olha, vai aumentar para dez, outro para onze,
568 outro para doze, até que três, quatro, chega a quatorze. Mas, isso tudo atrelado a
569 recomposição, percas inflacionárias. Tudo amarradinho. Então, essa aí é a minha
570 posição. Eu acredito que a Casa está encaminhando nesse sentido, e ressalvo que
571 essa foi a orientação que o João nos deu lá no princípio e acredito que todos
572 encaminharemos nesse sentido. Então, meu posicionamento é esse. Eu agradeço.
573 Desculpa aí ter chegado só agora. A presidente do Conselho Curador do Barra-
574 Previ diz: Pessoal, peço a palavra, só para manter a organização da audiência,
575 quando alguém quiser falar, me peça por gentileza, pra gente continuar mantendo
576 o foco da organização. Mais alguém precisa da palavra? O presidente da câmara,
577 vereador Dr. Joãozinho, diz: Pessoal, vou interromper, Claudia, do lado esquerdo
578 aí tem uma mãozinha. Quando quiser falar, levanta a mãozinha. Aí não precisa
579 nem interromper. A mãozinha está levantada. Bem do lado esquerdo aí, quem
580 estiver no computador, tem uma mãozinha. Oh, quando você clica nela, aparece
581 lá pra falar, pra gente manter a ordem. Eu posso falar? Então, vejam, primeiro, a
582 gente tem que considerar algumas situações, que a situação é pior do que alguns
583 de nós conseguem enxergar. A questão do concurso público, não se esqueçam, a

584 Lei complementar nº 173 de maio desse ano vedou concursos públicos até 31 de
585 dezembro de 2021. Da mesma forma, a referida lei vedou qualquer aumento,
586 qualquer correção salarial até a mesma data. Então, o buraco é mais embaixo. Por
587 que? Porque tem uma lei federal, Lei Complementar 173, ela é de maio deste ano,
588 que o Bolsonaro sancionou condicionando os repasses para o Covid a não
589 realização de concursos públicos por qualquer dos entes da federação, União,
590 Estados e municípios, e de idêntica forma vedou reajuste. Então, o buraco é mais
591 difícil ainda, porque não se trata só da vontade. Tem que verificar, os doutores
592 sabem, e tem vários advogados, se isso é, não nos termos processuais,
593 juridicamente possível. Certo? Se é possível tratar desse aumento havendo essa
594 vedação. Inclusive, todos os municípios que receberam esse valor estão
595 automaticamente inclusos nesse pacto. É a Lei Complementar 173 de maio deste
596 ano. Primeiro isso. Segundo, eu lendo a... É por isso que a gente precisa ter calma,
597 muita calma nessa hora. Por que? Porque lendo a portaria, e aí só informando aos
598 doutores a questão do condicionamento, senhores, eu não sei se vossas
599 excelências... Se é do conhecimento de vossas excelências. Mas, a questão das
600 certidões do INSS, ela é condição *sine qua non* para que a prefeitura possa
601 operacionalizar, sem essa certidão não se consegue convênios, convênios em
602 andamento. É um terror. Então, tem que saber disso, que esse é o preço por não
603 votar. Agora, o que me chamou atenção é que a Portaria 1348, que é a portaria do
604 Ministério da Economia que condicionou esse prazo, e aí, Sivirino, a gente vai
605 cair nisso que você sugestionou, e que o Alex falou, é que ela fala que o que a
606 prefeitura tem, os municípios, os entes federativos, a esses que ela se refere, até
607 31 de dezembro, ela diz que eles devem apresentar uma lei vigente que discipline
608 essa questão. Mas, ao meu sentir, eu posso estar equivocado, por isso a gente
609 precisa de mais tempo, ela não impede que se faça esse escalonamento, não
610 impede inclusive porque uma coisa é eu ter uma lei vigente, aí a gente vai e
611 precisar discutir. Uma lei pode ser vigente e ter os seus efeitos concretos
612 suspensos. Isso não tira da lei a vigência. Então, o que a portaria exige, está aqui:
613 os Estados terão até 31 de julho de 2020 para adoção das seguintes medidas, em
614 cumprimento das normas da Lei 9717 de 98 e da Emenda Constitucional 103,
615 comprovar a vigência de lei que evidencie a adequação das alíquotas de
616 contribuição devidas para atendimento ao disposto. Então, precisaria de um
617 estudo mais aprofundado, e daí a gente pediu tempo, nós pedimos pelo menos até
618 a segunda-feira da semana que vem. Por que? Porque, caso for aprovada, nós
619 mandaríamos para o prefeito na terça, ele publicaria na quarta, e a prefeitura faria
620 o envio na quinta-feira. 31 é o prazo, se ele não for prorrogado. Mas, existem
621 muitas questões realmente a serem observadas, a serem discutidas. E, eu gostaria
622 muito de poder dizer: não, a gente vai pressionar, como quer o ilustre Dr. Jairo, o

623 chefe do executivo. Mas, é aquela tal história. Nós temos que pensar, e esse é o
624 papel de quem estar na posição de decidir, em todas as consequências. Por que?
625 Porque nós temos que usar toda a cautela, toda a argúcia e astúcia, para agir no
626 sentido de não prejudicar a administração. Porque nada é pior para todos do que
627 o administrador agir em prejuízo da administração. Então, nós temos que achar
628 um ponto de equilíbrio? Temos. Todas as censuras, a questão do prazo do envio,
629 do tempo curto para discussão, todas essas questões são pertinentes. Não tem a
630 menor dúvida. Só que agora isso não vai resolver nada. Então, agora é achar,
631 dentro das disposições legais, dentro das possibilidades, uma solução. É sempre
632 assim que eu vejo as coisas. Vamos sentar e achar a solução. É assim que vejo.
633 Devolvo a palavra a nossa ilustre presidente da audiência. A presidente do
634 Conselho Curador do Barra-Previ diz: A Leide tinha pedido a palavra. Leide,
635 permanece? Então, após a Leide, temos o Carlos que também está pedindo a
636 palavra. Carlos, com você. O Dr. Carlos da Agenda Assessoria diz: Bom, é preciso
637 que fique claro que existe o princípio da noventena a ser respeitado. Então, tão
638 logo essa minuta da lei seja aprovada, hipoteticamente, se porventura não ocorrer
639 nenhuma alteração por parte do governo federal até o dia 31 de julho, essa lei terá
640 que ser aprovada, e a vigência da elevação da alíquota, ela terá aí que respeitar a
641 noventena. Logo, agosto, setembro e outubro não haverá aumento de alíquota por
642 parte dos servidores, continuarão contribuindo com os 11%. O que o presidente
643 da câmara acabou de colocar realmente procede. Diz a Lei 173 que ela veda a
644 realização de concursos públicos. No entanto, ela recepciona a questão do reajuste
645 anual de acordo com os índices inflacionários. Então, pode ocorrer uma
646 recomposição desde que limitado ao índice inflacionário dos últimos meses. Isso
647 a Lei 173, ela recepciona para essa questão do reajuste. Em relação ao concurso
648 público, essa vedação, ela perdura até 31 de dezembro de 2021. Muito se cogitou
649 aqui a questão em relação há oito anos de não recomposição salarial. Por conta da
650 Lei 173, não há que se discutir índices inflacionários que não englobe os últimos
651 doze meses. Ela recepciona apenas e tão somente os últimos doze meses. Agora,
652 eu percebo, a complexidade do também a discussão em relação a implementação
653 da elevação da alíquota, que é o ponto nevrálgico da situação, está relacionada não
654 na previdência em si, mas na questão de conjuntura, de recomposição, haja vista
655 que essa é uma causa há muito tempo discutida e debatida pelos servidores
656 públicos. No momento, infelizmente, estamos numa pandemia, e o governo
657 federal ao estabelecer uma ajuda financeira... A presidente do Conselho Curador
658 do Barra-Previ diz: Parece que tivemos algum problema aí com o Carlos. Não
659 estou conseguindo ouvi-lo. Estão todos ouvindo ele, ou só eu? Travou, não é. Dr.
660 Cleber, o senhor havia pedido a palavra, por favor. O vereador Dr. Cleber diz:
661 Bom, boa tarde a todos. Boa noite, não é. Obrigada pelo convite. Então, eu queria

662 só fazer a ressalva do que o Dr. Carlos fez, dessa questão quando fala da vedação,
663 o Dr. João disse, existe essa ressalva mesmo porque é constitucional, está lá no
664 artigo 37, inciso X da Constituição o reajuste, o RGA. Então, o RGA, ele não está
665 amarrado na 173. O que não foi dado nem isso para os servidores. Evidente que
666 nós não temos que falar em reajuste, mas o RGA, que é um direito constitucional,
667 e não foi seguido, pelo menos esse nós temos que condicionar a votação do
668 projeto. O Dr. Heros diz: Hein, Dr. Cleber, só para complementar aqui, está na lei
669 orgânica também, viu, 87, inciso X, o RGA. O vereador Dr. Cleber diz: Sim. A
670 presidente do Conselho Curador do Barra-Previ diz: A Leide também tinha pedido
671 a concessão da palavra. Leide. A senhora Eleidimar Vilela, presidente do
672 SINTESBRE, diz: Então, boa noite a todos. Quero aproveita aqui a oportunidade,
673 já que a gente está falando em pagar aposentadorias, pagar pensões, e tem muita
674 gente aqui no WhatsApp me perguntando como é que fica esses servidores que
675 estão aí na ativa, que estão trabalhando, quem é que vai pagar quando eles
676 afastarem. Porque esse governo está vindo do governo federal. Não está tendo
677 nenhum reajuste para eles. Não está tendo uma insalubridade adequada. Não está
678 tendo um cuidado adequado em relação a esses servidores. Eu gostaria de saber
679 aí das nossas autoridades, da nossa secretária, não é, que está aqui presente, o que
680 está sendo feito em relação a isso? Quem vai pagar para esses funcionários quando
681 eles afastarem? Como está sendo essa versão, essa visão para eles? Sendo que eu
682 percebi também que no início tinha falado que era para a prefeitura estar pagando
683 14%, e não está pagando esse valor. Esse tempo que era para a prefeitura estar
684 pagando os 14%, como é que vai ficar isso? Eu não entendi direito e acredito que
685 muita gente não tem entendido. O Dr. Heros diz: Não, Leide, os 14% deveria ser
686 feito nessa lei. Ela teria que pagar a partir do momento que essa lei for aprovada.
687 A presidente do Conselho Curador do Barra-Previ diz: Carlos, você retornou.
688 Você gostaria de continuar? O Dr. Carlos da Agenda Assessoria diz: Retornei. Só
689 aproveitando para falar que acabou a bateria do meu celular. Na verdade, os 14%
690 da contribuição patronal da prefeitura não vai ser a partir da publicação da lei. Até
691 a vigência da lei, da alíquota de 14% para o servidor, a prefeitura continuará
692 contribuindo com 17%. A prefeitura ficará com 17 e os servidores contribuirão
693 com 11. Aí quando a alíquota do servidor for para 14, aí sim que a alíquota
694 patronal reduzirá para 14. Então, durante a observância da noventena, dos noventa
695 dias, a prefeitura contribuirá com 17%. Os 14% será após a observância da
696 noventena. Agora, que os municípios precisam se adequar dentro do prazo de
697 julho, isso a maioria dos municípios, nós estamos na reta final, e a maioria das
698 câmaras estão enfrentando essa problemática. Amanhã, por exemplo, eu vou ter
699 uma reunião com o pessoal de Várzea Grande. E, aqui em Cuiabá nós tivemos na
700 semana passada uma audiência pública virtual também, igual a de vocês aí, e a

701 discussão é justamente a elevação da alíquota de 11 para 14. Todos os demais
702 pontos a consenso não há nenhuma preocupação em relação a isso. Apenas em
703 relação a questão da elevação da alíquota. Muito tem se discutido em relação ao
704 momento em que haverá a implementação dessa alíquota. A câmara de Cuiabá,
705 inclusive, fez algumas consultas no sentido de de repente colocar essa elevação
706 da alíquota para primeiro de janeiro. E, a Secretaria de Previdência Social,
707 infelizmente, por conta dessa pandemia, eles não estão trabalhando, e até o
708 presente momento não houve uma resposta formal sobre como ela interpretará
709 essa situação. Agora, o que está posto, infelizmente, é o momento que estamos
710 correndo contra o tempo, e os municípios precisam fazer essa adequação legal. Eu
711 até hoje pela manhã, numa live, que estávamos tratando das implicações jurídicas
712 a adequação legal, eu coloquei que o ideal seria, se é uma determinação
713 constitucional, por que os entes deveria fazer sua adequação. Por quê que o
714 próprio texto constitucional já não estabelecia isso? Mas, por conta da ordem
715 jurídica advinda da própria Constituição, cada município tem a sua legislação
716 própria e ele precisa necessariamente fazer a adequação legal, de modo que foi
717 estabelecido esse prazo que vai se expirar agora no próximo dia 31, que é o prazo
718 estabelecido pela Portaria 1348. A questão aí que está se debatendo é a questão
719 do RGA. Aí já é algo que, no nosso caso aqui da consultoria, já foge um pouco
720 mais. Aí já é algo *interna corporis* que envolve a câmara de vereadores junto ao
721 poder executivo e também os representantes dos servidores. De qualquer maneira,
722 a nossa sugestão é de que o conselho emitisse uma opinião do conselho, enquanto
723 representante dos servidores junto ao Barra-Previ, e de certa maneira reitere o
724 pedido de que o poder executivo empreenda os esforços no sentido de
725 implementar uma recomposição geral aí, na minha opinião, em relação aos
726 últimos doze meses, haja vista que por questões legais o município não pode fazer
727 nenhuma reclassificação, nada que caracterize ganho acima da inflação. Esse é o
728 nosso entendimento. A gente trabalha com administração pública já há um bom
729 tempo. Já passamos por várias situações. Apenas para esclarecer, eu acompanhei
730 as mudanças lá em 2004, quando elevou-se a alíquota para 11%. Naquela ocasião,
731 a opinião da Secretaria da Previdência, certo que mudaram os atores, foi de que
732 deveria se respeitar apenas a noventa somente, não poderia se estabelecer um
733 prazo mais elástico. Mas, hoje a realidade é outra, o momento é outro. Eu não sei
734 sinceramente. Essa consulta de Cuiabá não foi respondida formalmente. Nós, em
735 conversas, eles disseram que não fecharam um entendimento a respeito. Então, eu
736 não posso afirmar que se estabeleceu um prazo maior além dos noventa dias, qual
737 que vai ser a opinião da Secretaria da Previdência. É certo que nada está afastado
738 do julgamento por parte do poder judiciário. Caso porventura decidam de forma
739 diversa, qualquer penalidade que venha a ser imposta, o município pode sim

740 buscar se valer do poder judiciário para dirimir a questão. A senhora Eleidimar
741 Vilela, presidente do SINTESBRE, diz: Então, em relação a esses servidores... Só
742 complementando, eu não tinha terminado a pergunta ou não tinha ficado claro. Eu
743 tinha perguntado também como seria para esses profissionais que estão afastando
744 agora, saindo de licença, porque estão se contaminando com Covid e estão sendo
745 afastados, quem vai pagar esse dinheiro público para esses servidores? O Dr.
746 Heros diz: No caso, Leide, o órgão. Se a lei for aprovada, o órgão. Sendo
747 funcionário da prefeitura, a prefeitura. Sendo funcionário da câmara, a câmara.
748 Aproveitando que eu peguei a palavra, pegando o gancho do Dr. Joãozinho, se a
749 presidente me permite só mais um comentariozinho. Como muito bem dito pelo
750 Dr. João, o negócio é muito mais complicado do que a gente imagina. Primeiro, é
751 legal conseguir RGA? É. Só que tem muita gente que ganha quinhentos reais. Vai
752 dar o RGA esse ano e não vai mudar nada. Vai continuar ganhando menos que
753 mil e vai continuar ganhando o complemento do mínimo. Segundo, muito bem
754 lembrado a 173, aí eu peguei ela aqui para ler na hora que o senhor falou, e fui
755 dar uma olha. Tem outros problemas que estão por vir. Por exemplo, a 173 fala
756 da possibilidade da... Se discutiu muito isso no passado no conselho, e agora até
757 ficou um pouco para trás por causa desse problema que veio. Mas, ela fala da
758 possibilidade da suspensão do pagamento da previdência por seis meses pela
759 prefeitura. Espero que não venha. Mas, acredito que a prefeitura vai mandar. Eu
760 tenho lembrado muito do meu avó, ultimamente tem sido só venha a nós, vosso
761 reino nada. O Barra-Previ tem que manter rentabilidade, tem que manter
762 investimento. Mas, na hora que fala que tem que parar de receber alíquota, tudo
763 para nós é pior, mas a gente tem que continuar dando o melhor. Então, espero que
764 a prefeitura não mande com urgência essa lei também. Porque acredito que, se
765 vier, tem que ter outra audiência pública para ver, porque como que a gente vai
766 tirar de investimento que está em baixa para pagar servidor e cobrir déficit que a
767 prefeitura não está pagando. E, assim outras implicações que estão por vir
768 futuramente. É isso. A presidente do Conselho Curador do Barra-Previ diz:
769 Respeitando a ordem, o Rogério está pedindo a palavra agora. O conselheiro
770 Rogério Pinheiro diz: Boa noite a todos. Estão me ouvindo? Eu só gostaria de
771 lembrar alguns números, de lembrar alguns fatos que ocorrem no nosso
772 município. Como os nossos servidores sabem, a última recomposição salarial
773 inflacionária foi em 2012. Desse ano, o orçamento do município é de cerca de
774 cento e vinte milhões de reais. Ano passado, este orçamento quase dobrou e ficou
775 próximo de duzentos milhões de reais. Então, ao meu ver, de cento e vinte, quase
776 dobrou. Então, dinheiro não parece problema para a recomposição salarial dos
777 servidores. Outra questão, o município gasta hoje cerca de 40% com folha salarial.
778 40%. Se não for o menor índice do país, é um dos menores com certeza. Muito

779 abaixo do que a lei permite. A lei permite 57%. Então, temos dinheiro, temos
780 índice. Os números estão todos a favor do servidor, que foi realmente massacrado
781 nesses oito anos. Isso é fato. Não estou falando bem ou mal de ninguém. Isso é
782 fato. Algo inédito está acontecendo nesse momento, após oito anos de dois
783 mandatos consecutivos está encerrando o mandato sem recomposição salarial.
784 Isso é algo inédito. Mais uma vez, eu também gostaria de lembrar, falando de leis,
785 eu sou um odontólogo, não sou um advogado, não entendo de leis, mas estou
786 vendo falar em leis nessa questão da recomposição salarial... No nosso país tem a
787 lei do salário mínimo. E, se nós pegarmos o salário hoje do apoio A1, está no
788 nosso PCCS, está tão defasado que o valor lá está quinhentos e quarenta e oito
789 reais e trinta e oito centavos. Essa lei do salário mínimo está abaixo das outras
790 leis? Então, não vejo problema nenhum de recomposição salarial. Temos dinheiro,
791 temos recurso, gastamos muito pouco com folha salarial. É só uma questão de
792 vontade política, no meu entender. Então, é isso que esperamos das autoridades,
793 não é, pelos menos nesse finalzinho, após oito anos de sofrimento, um pouco de
794 compaixão. Porque a questão é: o servidor recebe um salário mínimo, a maioria,
795 em torno de 70% dos servidores, 70% dos servidores do município recebem um
796 salário mínimo. Então, recebem porque tem um complemento constitucional,
797 porque na realidade o seu salário é quinhentos, seiscentos, setecentos.
798 Infelizmente, na prática, como tem alguns descontos, tem alguns créditos
799 consignados, muitos, a maioria recebem o dinheiro no final do mês é em torno de
800 quatrocentos reais. Se você tira mais trinta reais, quase 10% de um orçamento
801 desse, imagina o caos que é. Eu já falei isso outras vezes. Todas as vezes que eu
802 vou a um supermercado, eu compro muita pouca coisa, e dá lá setecentos reais,
803 oitocentos reais, vem a minha mente como o servidor está fazendo para
804 sobreviver. É algo impressionante. Essas ponderações que eu gostaria de deixar
805 registrado aqui, se a questão legal... E, eu acho que tem um viés muito grande,
806 uma coisa realmente atípica que acontece no nosso município, um município rico.
807 Poucos dias atrás, eu vi um pronunciamento do Dr. Cleber falando que o
808 orçamento esse ano, a arrecadação está ainda maior do que o ano passado, mesmo
809 na pandemia. Então, eu até fiquei feliz porque nosso município está sendo
810 agraciado. É isso que eu gostaria de deixar registrado. E, concordo com todos que
811 não tem como mais tirar dos servidores nem zero zero zero vírgula um por cento,
812 quanto mais 3%. É até uma questão de compaixão, uma questão de cristandade.
813 Isso é impossível. Muito obrigado. É isso que eu gostaria de deixar registrado. A
814 presidente do Conselho Curador do Barra-Previ diz: Obrigada, Rogério. Na
815 sequência, o vereador Svirino e logo depois o Dr. Jairo. O vereador Svirino diz:
816 Parabéns Rogério pela fala. Eu só queria fazer um complemento e isso eu venho
817 falando direto. Hoje, se o executivo falar que vai dar 70% de aumento, poucos

818 deles conseguem ter um ganho realmente real. O resto vai ser tudo recomposição
819 de percas. E, essas coisas que eu não consigo entender. São dois fatores que eu
820 não consigo entender o porquê. Eu, para mim, quando acontecem essas situações,
821 de chegar projetos em cima da hora, no apagar das luzes, ele não foi descuido, não
822 foi relapso, não foi isso. E, para mim, ele foi orquestrado. E, todo jeito que mexer
823 agora é problema. Está entendendo? Agora, eu espero que tenhamos bom senso e
824 sabedoria para resolver esse problema. A câmara também tem força para resolver
825 esse problema. Eu acredito que juntando todo mundo aí, acredito que do saco
826 salvar a corda para não ter problema. Também na embira, como fala o pessoal da
827 roça. Do saco pelo menos a embira para salvar. Porque o trem está problemático.
828 Fala que não tem recurso financeiro, não tem, não tem, não tem... Imagina quem
829 não tem mesmo, agora nesse momento tirar dele 3%. Fica essa minha fala.
830 Parabéns Jairo pela sua fala. O Rogério, melhor dizendo. O Dr. Jairo Gehm,
831 advogado do SINTESBRE, diz: Só complementando aqui o que o Dr. Joãozinho
832 está dizendo, a gente precisa discutir isso realmente... Perceba que a vedação legal
833 quanto a recomposição salarial, ela leva o RGA a quase que algo inócuo. Se você
834 der aí um RGA para um servidor que recebe um salário nominal de quinhentos e
835 quarenta e oito, realmente não vai ter alteração alguma. Então, como sugestão de
836 resolver essa equação, que não está fácil de resolver, eu acredito que poderia de
837 repente conceder, enviar isso para o executivo, o RGA, que seria a inflação do
838 ano; e, para aqueles servidores que o RGA sequer mexe no salário, conceder uma
839 bonificação, uma bonificação pelos próximos doze meses, até a próxima gestão
840 assumir e dar aí uma resposta à altura do que os servidores merecem. Então, eles
841 teriam esse desconto previdenciário aumentado, mas não sentiria na pele, ao passo
842 que se você der apenas o RGA, aqueles servidores que estão ganhando um salário
843 mínimo, esse reajuste será dado em cima do salário nominal e não vai alterar em
844 nada. A presidente do Conselho Curador do Barra-Previ diz: Mais alguém gostaria
845 de fazer alguma explanação? O Dr. Heros diz: Dr. João, parece que o senhor está
846 falando e o microfone está desligado, viu. A presidente do Conselho Curador do
847 Barra-Previ diz: Dr. João, microfone. Já conseguiu aí Edina as perguntas? Pessoal,
848 a gente está organizando aqui porque temos algumas perguntas para serem lidas
849 do pessoal que está acompanhando pelo Facebook. A Edina só está retirando ali
850 para estar iniciando. Só um minuto, por gentileza. Nós tivemos um probleminha
851 aqui para estar pegando as perguntas. Peço só mais um minutinho. A conselheira
852 Edina Gomes da Silva diz: Boa noite! Edina novamente. Temos um comentário
853 do Divino Tavares de Deus: “Migre os fundos de previdência para o INSS ao
854 invés de manter nas mãos da secretaria municipal de administração, ou o servidor
855 quando for se aposentar não tem dinheiro para receber. Continuam votando junto
856 com o prefeito. Deveriam levar em conta e ter mais consideração com o servidor.

857 Os vereadores do lado do prefeito, como que vão ter coragem de pedir voto esse
858 ano”. A Leide novamente faz um comentário: “Não respondem nossas
859 solicitações”. Fabio Farias: “Uma vergonha para Barra do Garças em meio de uma
860 pandemia e vocês estão preocupados com salários. Vão cuidar do povo e correr
861 atrás da UTI para Barra do Garças, para não ter que escolher quem vai morrer na
862 UPA. Eliana Santos: “Voto vencido, gente. Infelizmente, o servidor só perde e
863 perderá”. Divino Tavares de Deus: “Mas, o problema de agora vem do passado.
864 É culpa da administração que não fez concurso. Divino Tavares de Deus:
865 “Parabéns aos vereadores que não aceitaram esse projeto sem discussão”. Camila
866 Estevão: “Meu Deus, por isso estamos vivenciando tudo isso que estamos
867 passando. Quer tirar, tire do bolso do prefeito, dos vereadores. Que vergonha de
868 ser brasileira. É isso que chamam de ser humano? Querem tirar da onde não tem?
869 Divino Tavares de Deus: “Atualize a tabela PCCS SUS e dê o RGA”. Dolores
870 Lima Milhomem: “Peço encarecidamente aos nobres vereadores para que olhem
871 para nós servidores. Estamos com salários defasados. Existe colegas que estão
872 pagando para trabalhar”. Suzilei Menezes: “Meu Deus, já ganhamos tão pouco.
873 Querem tirar o que de nós funcionários?”. Simone Wesselka: “RGA, reajuste de
874 salário anual quando? Plano de cargos e salários não funcionam. Quando
875 funcionará?”. Suzilei Menezes: “Senhores vereadores, por favor, olhem pelos
876 funcionários públicos. Tenham misericórdia”. Divino: “Concordo, Alex, a
877 administração quer matar o servidor de fome”. Edson Scherer: “Parabéns, Alex,
878 pelo posicionamento em relação ao servidor”. Maria Aparecida: “O Barra-Previ
879 não está precisando de dinheiro, até porque não julgaram necessário fazer
880 concurso e sim continuar contratando”. Eu gostaria de responder especialmente a
881 Maria Aparecida em relação a questão do concurso. O Barra-Previ, ele está sim
882 precisando da entrada de mais recurso em seu caixa, porque cada dia que passa os
883 servidores ativos vão se aposentando, e a massa de servidores não tem se
884 renovado. E, uma vez não se renovando, o Barra-Previ passa a ter que pagar mais
885 obrigações do que ele recebe, não é. O caixa do Barra-Previ entra um valor X, e
886 esse valor X tem praticamente sido todo ele dispendido para pagamento das
887 obrigações do Barra-Previ. Então, o caixa do Barra-Previ, ele precisa sim de um
888 animo. Ele precisa da entrada de novos recursos. E, em relação ao concurso, o
889 conselho do Barra-Previ já está no terceiro ano consecutivo recomendando a
890 realização de concurso público. Já enviou para a câmara municipal, que já enviou
891 para o prefeito. E, já enviou diretamente para o poder executivo também. Então
892 assim, o conselho sempre esteve muito preocupado em relação a concurso público
893 no município, a fiel necessidade da realização desse concurso público. E, essa é
894 uma recomendação técnica do nosso atuário. Então, a gente vem fazendo há três
895 anos através da recomendação dele. Então assim, o caixa do Barra-Previ precisa

896 sim da entrada de novos recursos, e a não realização do concurso público
897 prejudica a saúde financeira e atuarial do Barra-Previ. E, o concurso público não
898 aconteceu por falta de esforços do poder executivo. Eu vou continuar com as
899 perguntas. Maria Aparecida: “Se não pode haver reajuste, por que querem
900 reajustar o Barra-Previ?”. Eu gostaria que a assessoria jurídica respondesse essa
901 pergunta porque ela é bem pertinente, não é. O Dr. Carlos da Agenda Assessoria
902 diz: Bom, na verdade, a questão do reajuste infelizmente não está casada com a
903 questão do aumento da alíquota. A situação toda é uma particularidade aí de Barra
904 do Garças, aonde, em razão do histórico colocado aí durante essa audiência
905 pública e da reunião da semana passada, infelizmente existe um histórico da
906 ausência de reajustes, e aí os servidores se sentem de certa maneira prejudicados
907 em ter um aumento de alíquota em detrimento de não terem recebido a
908 recomposição geral anual. Então, uma coisa não está associada a outra. O fato de
909 não termos o reajuste não quer dizer que não pode haver a elevação da alíquota,
910 haja vista que é uma determinação constitucional. Da mesma maneira a questão
911 do reajuste. Então, por conta disso é que se foi entabulado o entendimento de que
912 o conselho do Barra-Previ vai recomendar ao poder legislativo que se empreenda
913 os esforços para buscar junto ao poder executivo tratativas de legalização do
914 reajuste relacionado aos últimos doze meses, que é o RGA, a famosa revisão geral
915 anual. A conselheira Edina Gomes da Silva diz: OK! Obrigada, Carlos. Vou
916 continuar com os comentários. Leide Vilela de Moraes: “Me sentindo um
917 fantoche como conselheira. Nem sempre se leva em consideração as
918 considerações do conselho”. Eu gostaria de fazer um comentário referente ao
919 comentário da conselheira Leide. Na verdade, o poder executivo pouquíssimas
920 vezes ouviu o conselho. O conselho está junto a administração para poder ajudar
921 na administração, mas o conselho nem sempre é ouvido e respeitado, na verdade,
922 não é. Nós conselheiros, desde quando entramos nesses dois últimos mandatos,
923 temos nos aprimorado, buscado nos aperfeiçoar em relação a capacitações. A vida
924 de um conselheiro, a responsabilidade de um conselheiro não é (fala inaudível).
925 A gente está fazendo essa audiência pública justamente para dar transparência dos
926 fatos que estão ocorrendo no município. Mas, não só no município, a nível
927 nacional porque está tendo uma lei federal que está sendo imposta para os
928 municípios também, e em algumas partes agora é obrigatório. E, o conselho tem
929 mantido uma posição de sempre dar transparência dos atos, não é. E, tem uma
930 coisa que sempre acontece também é que o servidor quase nunca se interessa em
931 participar. E, eu estou muito feliz porque hoje tem um nível de participação até
932 alto por ser uma live e por a gente está passando por esse problema de saúde que
933 sabemos. Mas, o servidor, hoje teve bastante participação, até mais em audiência
934 pública presencial que o conselho já fez. Eu gostaria de parabenizar todos os

935 servidores que estão participando. E, eu gostaria de fazer um apelo ao poder
936 executivo que dê mais atenção e ouvidos aos conselhos do Barra-Previ, porque
937 nós somos capacitados para estar ajudando na administração, e nós temos
938 responsabilidade sobre o que nós estamos fazendo e falando. O presidente da
939 câmara, vereador Dr. Joãozinho, diz: Em relação ao conselho, eu não sei se eu
940 seja talvez a melhor pessoa, porque não sou conselheiro, não sou servidor, mas eu
941 acho que há uma compreensão equivocada por parte de todo e qualquer servidor
942 quanto as atribuições do conselho e quanto ao resultado das ações do conselho.
943 Nós que vivenciamos, não tão próximo, claro, os conselheiros vivenciam muito
944 mais próximo do que nós, mas nós temos por hábito participar das reuniões,
945 opinar, e não apenas nesse momento, mas em todos os instantes em que a câmara
946 pelo menos foi chamada a decidir qualquer questão que dizia respeito com os
947 interesses do conselho, dos direitos do servidor no que se refere a pertinência atuação
948 do conselho, a câmara fez esse chamamento. Então, essa representatividade do
949 conselho, é claro que pelas regras de competência que a Constituição estabelece,
950 a competência para decisão das questões é do executivo. Mas, nós sempre
951 pontuamos e testemunhamos o empenho do conselho. É claro que o conselho não
952 dá a última palavra. Infelizmente, essas são as regras de competência. A
953 Constituição reserva ao chefe do poder executivo algumas decisões, e nem nós
954 câmara e tampouco o conselho podem chamar para si esse poder de decidir.
955 Agora, isso em nada diminui o trabalho do conselho, o comprometimento, o zelo
956 que o conselho tem, a aplicação. Inclusive, nós sabemos que em data recente o
957 fundo teve aí seu patrimônio ameaçado por ação de gestores de outrora, e
958 situações como essa certamente não ocorrem e nem tem ocorrido nesse instante
959 justamente por causa do cuidado e do zelo do conselho. Então, me solidarizo agora
960 nesse momento com os membros do conselho. A gente sabe que sem o poder de
961 decidir, sem o poder da caneta, nós encontramos dificuldade. Mas, eu acho que é
962 uma incompreensão, na verdade, do papel do conselho, porque quem conhece essa
963 atuação sabe do comprometimento e de todo o brilhantismo de todos os membros
964 do conselho. E, infelizmente, eu gostaria, eu preciso deixar isso muito claro,
965 porque alguns questionamentos e a gente não respondeu. Vejam, essa não é uma
966 solução criada pelo conselho e tampouco pelo legislativo. Essa situação, ela
967 decorre de uma decisão que foi tomada em nível nacional. A reforma
968 previdenciária que foi feita, ela foi uma decisão tomada em nível nacional. O
969 poder executivo nacional. Inclusive se discutiu no Congresso Nacional, no
970 momento, se aquela decisão já se estenderia para Estados e municípios. O governo
971 federal e o Congresso não querendo chamar a responsabilidade para si, porque
972 sabia que seria uma responsabilidade muito grande, resolveu que não se imporia
973 de imediato tal qual como decidido pelo Congresso, aos demais entes da

974 federação, e atribuiu a esses entes a competência para decidirem sobre as próprias
975 legislações previdenciárias. Então, não fomos nós que criamos. E, agora, como é
976 praxe também, tão logo chegou o momento, chegou o projeto, nós dissemos: olha,
977 não vamos votar. É unânime na Casa. A gente quer dizer isso. Então, nós estamos
978 naquela situação de que a câmara está entre a cruz e a espada. Nós sabemos do
979 nosso comprometimento com o futuro do município. Mas, nós também sabemos
980 da situação do servidor. Temos ciência disso. Eu sou um sujeito que, as vezes, as
981 pessoas me criticam porque eu não tenho medo de falar. Eu sei. Eu vejo hoje. Eu
982 posso dizer sem medo. Eu sei de muito servidor que hoje atira nos ombros da
983 câmara, mas fez campanha para o atual prefeito nas duas gestões. Então, como
984 esse cara hoje vem jogar sobre a câmara? Você ajudou a eleger o prefeito. E, quem
985 decidiu nos últimos oito anos a questão salarial foi o prefeito. A câmara tem
986 “trocentos” quilos de reivindicação e indicação para aumento. Então, muito boa
987 parte, inclusive diretores de sindicatos, que hoje criticam a Casa pela questão
988 salarial, ajudaram a eleger e a reeleger o prefeito. Eu não tenho medo de enfrentar
989 as questões. Não tenho medo. Só pra gente chamar. Alguém colocou que a câmara
990 está discutindo essa questão agora na pandemia. Estamos discutindo justamente
991 por isso, porque fomos chamados a fazê-lo. Nós poderíamos simplesmente ter na
992 outra sessão votado o projeto. Não é próprio da nossa Casa. Nós não fizemos isso
993 em relação as questões da previdência em momento nenhum. Só queria pontuar
994 isso porque essa é a minha visão. Não é a visão da Casa. Estou falando em nome
995 do vereador João Rodriguez. O Dr. Heros Pena diz: Doutor, presidente, posso usar
996 a palavra um minuto? Só aproveitando a deixa. Primeiro agradecer os elogios ao
997 conselho. A gente se esforça muito para fazer um serviço bem feito. Mas, o fato
998 é que a lei municipal é muito defasada, muito antiga. A nossa lei está deixando
999 muito brecha para que o executivo faça o que quiser e que o conselho não tenha
1000 tanta força para opinar. O que acontece? Talvez seja a oportunidade da gente
1001 aproveitar que está todo mundo aí, está a gestora, estão os vereadores, está a nossa
1002 assessoria muito bem qualificada, o Dr. Carlos é uma pessoa muito competente,
1003 de mudar essa lei. Os senhores aceitariam uma proposta nossa de junto com a
1004 assessoria fazer uma minuta de uma lei que estabeleça, não que tire o poder do
1005 executivo, mas que estabeleça mais um contrapeso, que equilibre mais o poder do
1006 executivo com o conselho, para que fique uma coisa mais equilibrada e se evite
1007 futuros problemas? Podemos pedir para a assessoria fazer uma minuta de uma lei
1008 nesse sentido e o conselho pode enviar para a câmara? O presidente da câmara,
1009 vereador Dr. Joãozinho, diz: Heros, isso eu posso responder pela Casa. Na
1010 verdade, sempre foi do interesse da câmara de vereadores, no passado nós já
1011 tivemos essa discussão, estabelecer uma legislação que primeiro naquele
1012 momento, a discussão eu me recordo bem, era evitar a possibilidade do gestor

1013 poder fazer aplicações, destinar recursos do fundo sem que tivesse algum tipo de
1014 autorização, sem que tivesse condicionado a autorização do conselho. Discutimos
1015 isso no momento. Eu não vejo nenhuma dificuldade. Claro que toda mudança
1016 nesse sentido tem que ser feita com responsabilidade, comungo as discussões, e
1017 isso é próprio. Lei é pacto social. O Dr. Heros Pena diz: Caiu será? Bom, mas
1018 aproveitando a deixa então, já vamos deixar o pedido para a assessoria, o Dr.
1019 Carlos, tentar elaborar uma minuta nesse sentido para o conselho analisar.
1020 Vereador Sivirino, talvez o senhor possa ajudar para fazer isso em parceria com a
1021 comissão de assistência social. Eu particularmente não pretendo me reeleger, não.
1022 Porque eu acho que tem que ter um rodízio, tem que mudar. Eu já dei o que tinha
1023 que dar para o conselho. Mas, se eu conseguir deixar isso na minha gestão, essa
1024 mudança, eu saio feliz. Vamos tentar fazer isso. Fica combinado, Dr. Carlos? O
1025 Dr. Carlos da Agenda Assessoria diz: Olha, a maior preocupação, teria que ver os
1026 meandros dessa alteração porque tem o princípio da reserva legal. Infelizmente, é
1027 algo que a Constituição, ela reserva a iniciativa, autonomia e competência de
1028 alguns processos legislativos ao chefe do poder executivo, infelizmente. O Dr.
1029 Heros Pena diz: Não, mas quanto a isso não tem problema. Nós podemos fazer
1030 por indicação. Mas, fazer pelo menos uma minuta para a câmara para que possa
1031 indicar. Vamos tentar fazer, não tirando do poder executivo, mas equilibrando
1032 mais as coisas. O Dr. Carlos da Agenda Assessoria diz: No que me refiro é na
1033 iniciativa do projeto de lei. Mas, aí vamos ver quais seriam os pontos que vocês
1034 buscam, o que vocês estão pensando, pra gente laborar uma minuta e enviar para
1035 vocês. O Dr. Heros Pena diz: É que estou falando, mesmo que não seja de
1036 iniciativa da câmara, a câmara pode enviar como uma indicação para o prefeito.
1037 O Dr. Carlos da Agenda Assessoria diz: O próprio conselho aí pode mandar, nas
1038 duas vertentes. O Dr. Heros Pena diz: Nós sempre prezamos por ser o mais
1039 democrático possível e a gente prefere que a câmara também participe, todo
1040 mundo participando, fazer um negócio bem feito em parceria com as comissões
1041 também. Aproveitar a deixa e ver se a gente consegue reformar isso porque isso
1042 com certeza seria um grande presente para o fundo. O Dr. Carlos da Agenda
1043 Assessoria diz: Aí depois a Edina me passa aí, alguém de vocês, passam as bases
1044 de quais seriam essas... O presidente da câmara, vereador Dr. Joãozinho, diz: Só
1045 para concluir, Heros, essa questão, como nós fizemos em outro momento, em
1046 outras questões, nada impede que a câmara inaugure essa discussão, chame o
1047 executivo para fazer essa discussão, claro, por isso que eu digo, como o doutor
1048 falou, tem a questão da reserva legal, e a iniciativa desses projetos
1049 necessariamente é do chefe do executivo, mas nada impede que a câmara entable
1050 essas conversações. Nós já fizemos isso em outras questões. Eu acho que é
1051 pertinente sim, porque e aquilo que a gente diz: nós passaremos, os servidores

1052 ficarão. A relação deles com a municipalidade é contínua. E, à medida que
1053 pudermos aperfeiçoar os processos e contribuir para o aperfeiçoamento dos
1054 processos... Eu vou dizer até, os doutores me perdoem, no final de gestão é
1055 exatamente o momento mais propício para se discutir essa discussão. Falar:
1056 prefeito, nós vamos fazer isso aqui, vamos mudar isso aqui, é bom, e não vai afetar
1057 a sua administração. Esse talvez é o momento mais propício que se tenha esse tipo
1058 de discussão. Falar: é bom? É. Vai afetar? Não. Mas, são duas relações diferentes.
1059 A do prefeito é quatro, no máximo oito. A do servidor são trinta anos, trinta e
1060 cinco. Eu sempre digo isso, nas questões que envolvem os servidores, é de
1061 marchas e contramarchas, de progressos e de estagnação. Talvez seja esse o
1062 momento exatamente de cravar, de fazer essa mudança para que ela possa valer
1063 ali num momento futuro. E, a câmara pode sim, eu penso, iniciar essas discussões,
1064 convidar o executivo para a mesa de discussão. A presidente do Conselho Curador
1065 do Barra-Previ diz: O Jairo está pedindo a palavra. O Dr. Jairo Gehm, advogado
1066 do SINTESBRE, diz: Eu estou ouvindo aí esse desabafo do conselho na pessoa
1067 da Leide e da Edina, a gente percebe assim, tanto o conselho quanto os servidores
1068 e a própria câmara, vou dar aqui a minha visão, vocês são uma equipe, não é, nós
1069 somos uma equipe, nós cidadãos, servidores, conselho e câmara municipal, e
1070 vocês fazem aí o treinamento de uma jogada muito bem feito, só que sempre me
1071 falta o batedor, e o batedor é o chefe do poder executivo, é o prefeito. Então, o
1072 que o Dr. Joãozinho acabou de dizer aí é o que reflete em todos os anos de sua
1073 gestão. Aquilo que você faz, você planeja. Temos um exemplo aí claro, nítido,
1074 que ninguém vai falar aqui que não lembra porque foi agora, essa nota
1075 recomendatória da câmara. Eles sentaram, estudaram, colocaram tudo no papel,
1076 enviaram para o prefeito, chefe do executivo, e nada foi feito. Absolutamente as
1077 questões mais pertinentes quanto ao combate a pandemia, quanto ao
1078 reconhecimento do servidor, não foi atendido. Então, a mesma coisa aí o conselho,
1079 o conselho municipal de saúde que trabalha de forma correta, com
1080 responsabilidade, mas que quando passa para o prefeito, o chefe do executivo, não
1081 tem aí a contrapartida esperada. Temos aí final de segundo mandato com um
1082 jogador que nunca participa da jogada. Queria fazer essa pequena metáfora aí do
1083 jogador que não participa da jogada. Não adianta você trabalhar na jogada e o cara
1084 que vai bater a bola não participa. A presidente do Conselho Curador do Barra-
1085 Previ diz: A Edina vai continuar fazendo a leitura das perguntas e dos comentários
1086 aqui no chat. E, peço para que vocês continuem para estar respondendo aqui o
1087 pessoal. A conselheira Edina Gomes da Silva diz: Divino Tavares: “Resumindo,
1088 a prefeitura não quer cortar na carne. Quer continuar com a folha inchada de
1089 contratos e comissionados”. Lindomar Bispo: “A verdade é que as leis que
1090 beneficiam os servidores, infelizmente, não funcionam. E, agora tudo é a

1091 pandemia”. Leide Vilela: “Uma vergonha mesmo porque tem quase oito anos que
1092 estamos tentando RGA, reajuste, insalubridade, concurso, e agora essa”.
1093 Lindomar Bispo: “Cumprir com a lei que os servidores tem direito”. Edson
1094 Scherer: “Exatamente, massacrado, Rogério. Concordo com você. A prefeitura
1095 tem que criar vergonha na cara e dar aumento, pelo menos RGA. Impressionante
1096 esse viés da prefeitura. Não tem lógica”. Jhones Fernandes: “Hoje Barra está
1097 pagando o que deveria ter feito há oito anos atrás, que foi promessa de campanha,
1098 que não cumpriu. Até hoje não fizeram concurso e não pagaram RGA dos
1099 servidores”. Lindomar Bispo: “Não é nossa culpa. Nós continuamos pagando ao
1100 Barra-Previ”. Divino Tavares: “O que impede o Barra-Previ de ser uma autarquia?
1101 Por que ele está vinculado à secretaria municipal de educação? É possível
1102 dissolver o regime próprio de previdência social municipal, Barra-Previ, e migrar
1103 o fundo de aposentadoria para o regime geral? Ainda Divino Tavares de Deus:
1104 “Por que não há processo seletivo para contratação do Barra-Previ?”. O Dr. Heros
1105 Pena diz: Posso responder, Edina? Primeiro, a questão de migrar para o regime
1106 geral. O nosso fundo, graças a Deus, a gente tem mantido com uma saúde boa,
1107 mesmo com todos os revezos, o conselho é qualificado, tem feito a sua parte e a
1108 gente tem conseguido. Isso seria uma coisa para se falar numa outra audiência
1109 pública só sobre isso. Mas, a grosso modo não seria bom para o servidor, não. É
1110 melhor ficar como está que o regime geral está só piorando a situação do servidor
1111 cada vez mais. Quanto a contratação, não existe contratação. Hoje, os conselheiros
1112 são eleitos. Existe uma eleição e o nosso trabalho é voluntário. A gente trabalha
1113 sem receber nada em prol do fundo mesmo. Por isso, não tem contratação, porque
1114 somos voluntários e eleitos pelos servidores. Inclusive, era para ter eleição agora
1115 e nós estamos com um problema sério de como vai realizar por conta do Covid.
1116 Estamos estudando ainda. Consegui responder? É isso mesmo? A conselheira
1117 Edina Gomes da Silva diz: Deixa eu verificar. Tem mais uma pergunta
1118 relacionado ao Barra-Previ. Lindomar Bispo: “Contratado deveria também pagar
1119 Barra-Previ”. O Dr. Heros Pena diz: Não, não dá justamente porque o contratado
1120 está no regime geral. O ideal seria que não houvessem contratados, mas concurso,
1121 e tivessem vários concursados pagando o Barra-Previ. Por isso mesmo que o
1122 conselho vive lutando para que se faça concurso e que se diminua o número de
1123 contratados. Ter contratado significa diminuir a receita do Barra-Previ e isso
1124 influencia diretamente numa conta que se chama equilíbrio atuarial. Isso vai
1125 influenciar lá no futuro no número de aposentados, no número de gente pagando.
1126 Então, por isso é que é urgente a questão do concurso público. A conselheira Edina
1127 Gomes da Silva diz: Doutor, foi comentado também a questão do Barra-Previ se
1128 tornar uma autarquia. O senhor gostaria de comentar? O Dr. Heros Pena diz: Pois
1129 é, até fui a reveria do conselho no começo. Mas, eu gostaria de aproveitar a deixa

1130 do presidente Dr. Joãozinho, ele abriu essa oportunidade pra gente iniciar essa
1131 discussão sobre a mudança da lei. A gente particularmente, eu e Edina divergimos
1132 muito. A Edina é a favor da autarquia e eu nem sempre sou tão a favor da
1133 autarquia. Sou a favor da gente dar mais poder para o conselho. Mas, eu acho que
1134 é uma coisa que poderia ser colocado em discussão, como sempre fizemos. Vamos
1135 levar isso também para discussão. Vamos sentar com o Carlos e fazer o projeto
1136 nos dois sentidos, no sentido de autarquia, no sentido de se dar mais poder para o
1137 conselho, e vamos ver o que a câmara acha. E, vamos tentar logo para a gente
1138 deixar isso para o ano que vem, que com certeza vai ser um presente muito grande
1139 para os servidores se a gente conseguir mudar essa lei previdenciária, seja para
1140 autarquia ou seja para que o conselho tenha mais poder, proporcionando assim
1141 um equilíbrio maior entre o conselho e o poder executivo. Isso vai ser sempre
1142 bom. Porque do jeito que está hoje se dá privilégio para uma decisão singular, que
1143 é do executivo, da gestora, em detrimento de uma decisão plural, coletiva, do
1144 servidor, que é conselho, porque o conselho está representando o servidor. E, hoje
1145 vale mais a decisão do chefe. É coisa capitalista. Vale mais a decisão do chefe do
1146 que a do conjunto geral dos servidores. A gente teria que mudar isso para que seja
1147 pelo menos igual. Não estou falando que o servidor tem que ter mais peso, não.
1148 Mas, pelo menos um peso igual teria que ter. A conselheira Edina Gomes da Silva
1149 diz: Então, eu vou devolver a palavra para a presidente Claudia porque os
1150 comentários já se acabaram. Obrigada. A presidente do Conselho Curador do
1151 Barra-Previ diz: Carlos, quer fazer mais alguma explanação? O Dr. Carlos da
1152 Agenda Assessoria diz: Só aproveitando mesmo essa questão da mudança de
1153 autarquia para fundo... A presidente do Conselho Curador do Barra-Previ diz:
1154 Carlos ainda não conseguiu retornar. Vamos aguardar mais um pouquinho. O
1155 assunto que ele ia tratar é bem pertinente. O presidente da câmara, vereador Dr.
1156 Joãozinho, diz: Cláudia e demais participantes, como estamos na sessão e já
1157 estamos quase no momento, e requer preparação, comunico a todos que estarei
1158 me retirando para que a gente possa estar organizando a questão da nossa sessão.
1159 OK? A presidente do Conselho Curador do Barra-Previ diz: OK, Dr. João. Eu
1160 quero agradecer pela contribuição. Foram ótimas as suas palavras. Estou
1161 totalmente de acordo em várias situações que o senhor colocou. O presidente da
1162 câmara, vereador Dr. Joãozinho, diz: Estou sempre à disposição. Eu sempre digo,
1163 Cláudia, nós trabalhamos as vezes com interesses legítimos e que não raros estão
1164 em situação de confronto. Então, o papel da câmara é achar equilíbrio as vezes
1165 entre os direitos legítimos que estão se contrapondo. Isso as vezes gera alguns
1166 desentendimentos, mas nada, aquilo que eu prego na Casa, que muito diálogo,
1167 muito diálogo não resolve. Eu agradeço a todos. Estarei me retirando nesse
1168 instante. A presidente do Conselho Curador do Barra-Previ diz: Muito obrigada.

1169 Carlos, conseguiu retornar? O Dr. Carlos da Agenda Assessoria diz: Bom,
1170 conforme estava colocando a questão entre ser autarquia ou ser fundo contábil. A
1171 autarquia, ela é mais onerosa para o RPPS por causa das despesas aí com o
1172 PASEP. Com essas mudanças lá na legislação por parte da Secretaria da
1173 Previdência e do próprio tribunal de contas, hoje, literalmente, entre autarquia e
1174 fundo contábil, para fins de prestação de contas e de movimentação de conta
1175 corrente, não há diferenciação. Ambos, por exigências legais, possuem as mesmas
1176 características. Eu vejo, o que carece no caso especificamente de Barra do Garças,
1177 não é a natureza jurídica que vai resolver a problemática. Independente de ser
1178 fundo contábil ou autarquia, o que vocês precisam, que eu vejo que é consenso de
1179 todos, é a autonomia do conselho, dar mais autonomia e voz ao conselho. É esse
1180 o propósito de vocês. Isso tanto pode ser em fundo contábil ou autarquia. A
1181 ausência de autonomia, ela pode se dar tanto no regime próprio sob a modalidade
1182 do fundo contábil, quer na modalidade do regime próprio de natureza autárquica.
1183 Então, o que precisa é assegurar a autonomia de vocês, dos conselhos ter mais voz
1184 e vez nas decisões pertinentes ao regime próprio de previdência. Tanto, na minha
1185 opinião, pode ser feito uma reformulação da legislação do próprio fundo contábil.
1186 Aqui nós temos, por exemplo, o município de Cuiabá funciona como fundo
1187 contábil. O município de Cuiabá hoje, ele tem a autonomia dele, o conselho
1188 cumprindo todas as suas proposituras. Aqui no município de Cuiabá, inclusive na
1189 questão da mesma reforma que vocês estão debatendo aí, iniciou com o conselho
1190 previdenciário do Cuiabá Previ. O Cuiabá Previ hoje é uma referência e está
1191 organizado hoje sob fundo contábil. Hoje o Cuiabá Previ teria uma despesa até
1192 razoável com o pagamento do PASEP se fosse na forma autárquica. Então, eu
1193 vejo que a discussão em torno de natureza jurídica, na minha opinião, está em
1194 segundo plano em relação ao que vocês almejam, que é de certa maneira a
1195 autonomia para tomar decisões com relação a determinados assuntos na gestão do
1196 Barra-Previ. É isso que vocês buscam. A natureza autárquica ou fundo contábil,
1197 na minha opinião, fica em segundo plano. Nós precisamos é assegurar a
1198 autonomia do conselho, que as decisões do conselho prevaleçam. Só isso. A
1199 presidente do Conselho Curador do Barra-Previ diz: Isso é muito importante, não
1200 é. A decisão do conselho deve sempre prevalecer. A gente tem uma dificuldade
1201 muito grande aqui dentro de Barra do Garças. Na realidade é uma queda de braço
1202 que nós temos, que nós encontramos aqui. Mas, eu acredito que com bom senso a
1203 gente vai revertendo essa situação. O Dr. Carlos da Agenda Assessoria diz: Como
1204 coloquei na última reunião, e vocês e o presidente da câmara acabou de colocar
1205 aí, nas palavras dele, vocês estão num momento ímpar na administração
1206 municipal. O prefeito que tem data para terminar o mandato. Eu acho que um
1207 novo gestor vocês vão ter vida nova. E, muito pode-se conquistar ainda no final

1208 dessa gestão. A presidente do Conselho Curador do Barra-Previ diz: Sim. Nós
1209 acreditamos nisso, Carlos. Vamos ver no que vai ser esse momento ímpar para
1210 nós. Gostaria de perguntar ao Álvaro se ele tem alguma colocação. O Álvaro que
1211 está aqui participando com a gente pela Agenda. O Sr. Álvaro da Agenda
1212 Assessoria diz: Eu ouvi bastante coisa sobre aumento salarial, não é. E, a gente só
1213 tem sempre que lembrar que as reservas matemáticas, que são as obrigações do
1214 plano de aposentadoria, elas são diretamente proporcionais ao valor do salário.
1215 Então, se você aumenta o salário, aumenta automaticamente o valor das reservas
1216 e das obrigações do plano. Agora, pelo que entendi, a maior parte da massa de
1217 segurados na verdade tem um salário menor do que o salário mínimo, e existe o
1218 complemento constitucional. Então, acho que até o colega comentou isso, que o
1219 aumento pelo salário hoje não traria efeito prático sobre os salários. Mas, você
1220 não chega ainda a ultrapassar salário mínimo. Na verdade, na prática não acontece
1221 nada, não é, porque a avaliação atuarial está sendo feita no valor do salário mínimo
1222 e não sobre os quinhentos e poucos reais. A alerta que eu faço só porque a gente
1223 tem que lembrar que o aumento salarial, ele gera diretamente um aumento das
1224 reservas matemáticas. E, no caso de vocês isso não aconteceria no presente
1225 momento. A presidente do Conselho Curador do Barra-Previ diz: Entendi. Muito
1226 obrigada, Álvaro. Jeovane, está aí quietinho. Hoje não falou nada. Quer dar
1227 alguma contribuição? O Sr. Jeovane da Agenda Assessoria diz: Hoje eu estou só
1228 acompanhando, entendeu. A não ser que tenha dúvida que eu possa ajudar,
1229 complementar, eu estou aqui à disposição. A presidente do Conselho Curador do
1230 Barra-Previ diz: Agradecida. Pessoal, já foi feita a leitura de todas as perguntas.
1231 Agora já está chegando o momento de estar acontecendo a reunião na câmara de
1232 vereadores, alguns já vão parar de participar com a gente. Eu acredito que nós
1233 tivemos uma ótima explanação de todos, tiramos algumas dúvidas que nos foi
1234 pertinentes. Quero agradecer a participação de todos. Se alguém tiver mais alguma
1235 coisa para estar colocando, deixo aberto aqui antes do encerramento. Não sei se o
1236 Jairo ainda está aí, quer fazer alguma explanação, a Leide, Rogério, professor
1237 Sivirino. Então, pessoal, quero agradecer a participação de todos, em especial dos
1238 servidores públicos, porque estamos aqui por conta deles também. Mais por conta
1239 deles, que nós somos, não é. Estamos aqui vestindo a camisa do Barra-Previ,
1240 muito preocupados com todas as situações. Como nós falamos, agora é um
1241 momento ímpar, porém, é uma faca de dois gumes. A gente tem que estar ciente
1242 de tudo que vamos fazer. Quero enfatizar que a nossa equipe do conselho é
1243 capacitada. Pra mim hoje, eu sou bem suspeita porque faço parte, mas está sendo
1244 um conselho para fazer história. O que nós conseguimos fazer, realizar até hoje
1245 nenhum outro conselho conseguiu. Então, eu só posso agradecer, em nome da
1246 Edina e do Dr. Heros, a participação e o comprometimento de todos. Aqui somos

1247 uma equipe, e é uma equipe ferrenha. A gente dar dor de cabeça, mas também
1248 recebemos muita dor de cabeça. Então, nesse momento, agradecendo a
1249 participação de todos, declaro encerrada a solenidade. Registra-se que a assinatura
1250 de todos os presentes foi colhida no Livro Próprio de Frequência de Audiência
1251 Pública.